CAMINHOS

Nº 14 • JUNHO • 1997





CAMINHOS

Revista da Associação dos Docentes da UFMG - Seção Sindical da Andes-SN
Número 14 - junho de 1997.

APUBH - S. Sind.
Rua Artur Itabirano, 70 - São José/Pampulha - CEP 31275-020 - Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 441-7211 - Fax: (031) 441-1303 - e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br

PRESIDENTA
Maria Diriene Trindade Marques

1º VICE-PRESIDENTA
Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova

2º VICE-PRESIDENTE
Luiz Humberto Pinheiro

1ª SECRETÁRIA
Danusa Dias Soares

2ª SECRETÁRIA
Rosemary Dore Soares

1º TESOUREIRO
José Antônio Armanelli

2º TESOUREIRO
João Maurício Lima Figueiredo Mota

1º SUPLENTE
Vera Lúcia Tomaz Fróes

2ª SUPLENTE
Vera Lúcia Fernandes

CONSELHO EDITORIAL
Celina Camilo de Oliveira, Humberto Coelho de Carvalho, Margarida de Moura Siqueira
Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova, Wemerson de Amorim e Ivaldo dos Reis Costa

APOIO
Fernanda Veloso Torres
Mary Oliveira de Assis
Rogério Sapucaia ~~Santos~~ de Souza

REVISÃO
João Carlos de Melo Mota
Humberto Coelho de Carvalho

DIAGRAMAÇÃO
Nilson Ferreira Freitas

ILUSTRAÇÕES
Keila Berbert

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ivaldo dos Reis Costa - MTB 4740

PROJETO GRÁFICO
Keila Berbert

IMPRESSÃO
Segrac

Opiniões expressas em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Colaborações podem ser enviadas a APUBH-S. Sind. no endereço acima. Os artigos deverão respeitar os limites de 15 laudas de 20 linhas, com espaço 2 ou aproximadamente 15.000 caracteres, a serem enviados em disquete formato MAC ou PC, com identificação e endereço do autor para eventual contato, acompanhado de uma cópia impressa do artigo. O Conselho Editorial de Caminhos poderá propor modificações em títulos e passagens de texto para melhor adequá-los às exigências editoriais. A seu critério poderá, também, aceitar artigos que fujam as especificações acima, desde que resguardados os interesses editoriais.

SUMÁRIO

EDITORIAL 04

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E PRIVATIZAÇÃO BRANCA DOS CAMPI PÚBLICOS
Roberto Romano 06

A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E SUA FUNÇÃO SOCIAL
Wolfgang Leo Maar 15

QUALIDADE OU QUANTIDADE
Celson José da Silva 24

MARX, GRAMSCI E A SOCIEDADE CIVIL
Rosemary Dore Soares 32

SISTEMA DE SAÚDE DE CUBA
José Ribeiro de Paiva Filho 41

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE 1996
A crise na educação 49

A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E SEUS IMPASSES NA ATUALIDADE
Luiz Umberto Pinheiro 59

NAVEGAR É PRECISO 81

POESIA "SABBAT"
Maria Inês de Almeida 85

CHARGE "Os Empalhados"
Lor 86

EDITORIAL

EDITORIAL

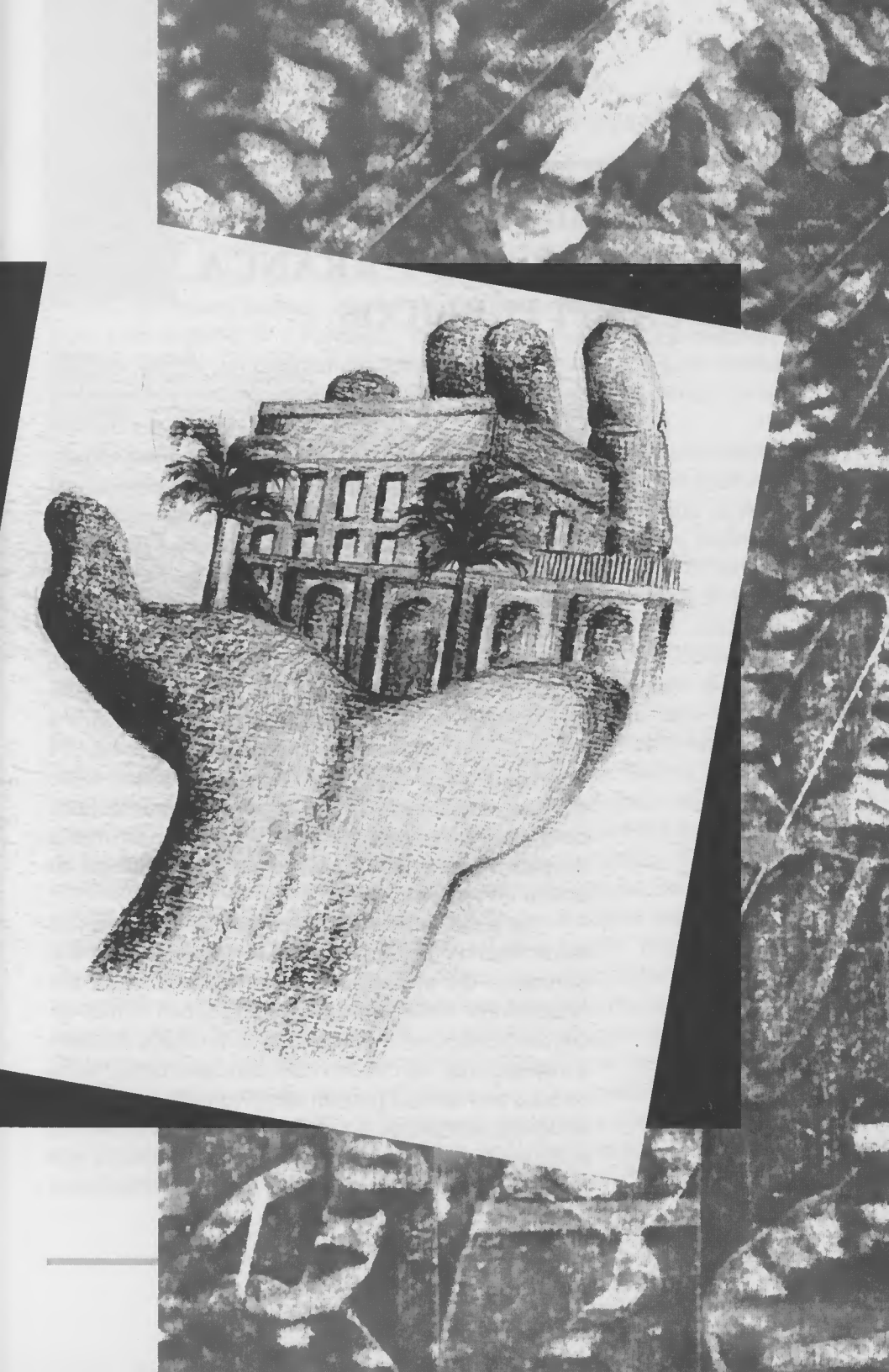
Uma constatação facilmente aferível, é a crescente adesão de grande parte de nossa imprensa ao culto da globalização e à crença de que as medidas neoliberais são, não só inevitáveis, mas também desejáveis.

Para alguns, é o filme da banalização de braços dados com o conformismo, para outros é o da excelência a se expandir nas asas da modernidade. Nesse contexto, ***Caminhos*** procura manter-se na linha que se traçou, dando palavra à diversidade de concepções e de abordagens de seus articulistas. Busca, dessa maneira, espelhar a perplexidade de seus associados diante, seja das formas desonestas e subreptícias de desconstrução da autonomia das universidades públicas, seja da desimportância dada pelo governo ao ser humano na implementação de sua política de saúde e seguridade, ou seja, ainda diante da sua perspectiva no tocante à educação.

Indaga-se também se a produção acadêmica mais agil e numerosa, em parte fruto da insdiscriminada pressão do "publique-se", não esteja se fazendo com prejuízos de qualidade e da relevância. E questão maior que parte dessa estória toda se deve à nossa ação ou omissão?

Neste ano, a APUBH-S.Sind. comemora os 20 anos de sua existência e a UFMG, os seus 70 anos. Insólitos anos que a vida levou e os desenganos, mas ambas com muito do que se orgulhar. Dessas comemorações tratará mais especificamente o nº 15, que já se encontra no prelo.

A mesa está posta. Acompanha o variado cardápio deste nº 14 o tempero da ironia, da indignação, do destemor, do lirismo, da desilusão, da esperança e mesmo de alguma prolixidade e redundância. Sirva-se o leitor das porções como melhor lhe aprouver.



AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E PRIVATIZAÇÃO BRANCA DOS CAMPI PÚBLICOS

Roberto Romano
Professor do Departamento de Filosofia
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Campinas - SP

Vivemos os piores instantes da universidade pública nacional. Até hoje, as instituições privadas de ensino contentaram-se em manter cursos medíocres, com poucos professores e salas apinhadas de alunos. Nelas, inexistia pesquisa séria, e serviços à comunidade. Os docentes, cheios de aula, também eram acossados pelo medo. Medo de serem sumariamente despedidos, desde que não obedecessem ao autoritarismo de patrões semi-analfabetos, mas espertos. Estes mobilizavam a corrupção em larga escala, como foi provado na CPI do Orçamento do Congresso, e como ficou mais nítido com o apodrecimento do ex-Conselho Federal, fechado porque seus "conselheiros" se transformaram em meros despachantes, em troca de propina dos industriais do ensino universitário pago.

As universidades oficiais, com altos e baixos, mantinham um padrão razoável de pesquisa, ensino e serviços. Os professores, sem medo de serem despedidos, desenvolviam investigações livres, de comum acordo com a coletividade universitária brasileira e internacional. As classes não eram apinhadas, nelas os bons professores podiam desenvolver o ensino com eficiência, atendendo a todos os alunos. Os péssimos professores logo eram notados, passando a ser segregados pelos outros. Todo o sistema operava pela

coletividade: os conselhos, as congregações, todos assumindo responsabilidades na gestão acadêmica, científica, política e econômica dos *campi*. O Estado de São Paulo, com três universidades públicas, desenvolve pesquisa que poderia se equiparar à da Áustria, da Itália, da França, em muitos setores, superando prismas da pesquisa nos próprios EUA. Com a FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa - a pesquisa paulista, atingiu um patamar de rigor e excelência científica e de gestão dos dinheiros públicos, chegando a ser apontada em vários países como exemplar positivo.

Tínhamos, portanto, uma bipolarização: muitas universidades privadas ganhavam dinheiro enganando alunos, dando-lhes ensino de péssima qualidade. As públicas, com todos os defeitos, assumiam atitude oposta, dando-lhes conhecimentos rigorosos e mais próximos dos padrões internacionais. Embora o governo tivesse como prioridade investir no ensino oficial, ele também, sobretudo através de falcatruas e das trocas de favor no Congresso Nacional, enviava dinheiro, e muito dinheiro, para as universidades de beira de esquina, que sequer laboratórios e bibliotecas possuíam. Era comum, nos anos 70 e 80, ocorrer uma inspeção do MEC nas privadas. Essa inspeção, por mais condescendente que fosse, devido às gorjetas distribuídas aos "fiscalizadores", era enfrentada, pelas universidades particulares, emprestando-se bibliotecas inteiras de uma instituição para outra. Ou seja, para que o número mínimo de livros e aparelhos, exigidos por lei, fosse aceito, o *deus ex machina* era a companhia de mudanças. O saber, nas privadas, era de fato aristotélico. Aristóteles ensinava andando. As escolas privadas moviam-se ao tom de "o mundo gira, a Lusitana roda". Escândalos deste naipe, e outros piores, eram conhecidos, mas ninguém tomou providências a tempo. Não por faltar denúncia. Eu mesmo escrevi muitos artigos discutindo esta situação. A conivência dos burocratas do MEC e de outros setores terminou produzindo a catástrofe do fechamento da mais alta instância educacional do país, o Conselho Federal de Educação, por corrupção. Ou seja: os donos do ensino privado se apossavam de verbas públicas - não raro através de bolsas que nunca chegaram aos alunos - baixavam o padrão ético e científico de suas escolas, pouquíssimas merecendo o nome de "universidade", uma vez que o todo curricular e de pesquisa, exigidos por lei, não era atendido.

Os donos da escolas privadas podem ser corruptos e truculentos, mas não tolos. Eles notaram que o modelo do ensino bipartido, a excelência nas públicas, a droga nas particulares, logo se esgotaria. Desde o início dos anos 80, ocorreu certa mudança no padrão de qualidade na pesquisa e no ensino das particulares, não raro com ajuda de professores das universidades públicas, através de "assessorias". Alguns setores das particulares começaram a instalar laboratórios, a ampliar bibliotecas e a pagar um pouco melhor os docentes. Com a atual crise das aposentadorias, o medo, que antes dominava os professores da rede privada, começou a tanger os professores das universidades públicas. Estes, receosos em perder direitos, aposentaram-se em massa, desguarnecendo os quadros de pesquisa e ensino nos *campi* oficiais. Ao mesmo tempo, começaram a se empregar nas privadas, melhorando o seu plantel. A desculpa é dupla: o baixo salário pago pelas oficiais, e o medo da perda dos direitos.

Nunca vi espetáculo mais lastimável de falta de ética destes colegas, que hoje se apresentam como vítimas. Formados com dinheiro público, oriundos do povo, eles se vendem por um salário melhor - por enquanto, porque quando o número de doutores da universidade pública for maior no mercado daquelas instituições, os salários cairão necessariamente, dada a maior oferta - e por medo. Covardia e falta de compromisso se transformaram em justificativas legítimas, enunciadas em frases desonestas como: "eu tenho necessidade de manter o meu padrão de vida, preciso alimentar minha família" etc. Pouquíssimos professores, por exemplo, estão lutando agora, em São Paulo, pela mudança na Lei de Dotação Orçamentária, que reduz de fato nossos recursos através de artifícios legais. Muitos espertos estão de olho nas escolas do Sr. Di Gênio e de outros empresários do ensino. Só para dar uma noção, a UNICAMP está perdendo cerca de 30% de seus quadros. Isto, quando aumentou o número de estudantes, de pesquisas e de serviços à comunidade.

O governo central, não preciso dizer, encabeça o desmonte das universidades públicas. Medidas coercitivas seguem *pari passu* ridículos atos, como os "provões" que nivelam, de fato e de direito, as universidades públicas e as particulares. Como bem disse o Professor Roquete de Macedo, esta medida apenas transforma as universidades, inclusive as públicas, em cursinhos preparatórios para os provões. É o famoso padrão qualidade

do "Objetivo": cruzinhas, musiquinhas imbecilizantes como recursos mnemônicos, alunos robotizados para serem "vencedores" na prova da tolice. Num insulto aos docentes universitários que, apesar de enfrentarem concursos, teses, pesquisas, são acusados de incompetência por burocratas. Os mesmos que ontem serviam à ditadura e aos vários fisiologismos hoje continuam a fazer o que sempre fizeram: vampirizar a máquina do Estado para impor mudanças privatistas, entoando loas ao ensino pago, panacéia que apresentam como "solução final" para os orçamentos universitários. Mentem de muitos modos: uma universidade digna deste nome não se mantém através da mensalidade de alunos.

Em países com tradição de ensino universitário, como os EUA, os grandes recursos para a pesquisa fundamental universitária vêm dos governos estaduais e federal, e das empresas. Poucos estudantes pagam pelo ensino, porque há uma rede ampla de fundações que fornecem bolsas de estudos. Os governos estaduais brasileiros, sobretudo o do Estado de São Paulo, querem forçar a privatização com o disfarce da "parceria com a iniciativa privada". Mentira; quem conhece a história do empresariado brasileiro, logo percebe o golpe. Jamais a FIESP, a CNI, etc. aplicaram dinheiro em pesquisa fundamental, porque a lógica da Avenida Paulista é a do tempo rápido, "a força da grana que ergue e desfaz coisas belas". Investimentos a longo prazo é *conditio sine qua non* da pesquisa verdadeira. Nelas, a lógica dos nossos trogloditas, ditos "elites", é o lucro rápido de 100%, com subsídios para eles, e não para a pesquisa, dados pelo erário público. O caso do Proer é pragmático. Enquanto os rábulas do MEC forçam a privatização das universidades, o governo torna pública a falência de banqueiros bandidos, pagando bilhões "pela estabilidade do sistema financeiro". Pouca vergonha é pouco para definir esta inversão de alvos: não dar verbas para as universidades é ser "moderno". Conivência com o banditismo empresarial é ser moderno. O passe de mágica está nas alianças arcaicas do atual governo, o qual insiste em nos insultar, a todos, de "atrasados". Façam as contas: os mais de trinta bilhões empregados para as falcatruas de espeluncas denominadas "bancos", serviriam ou não para melhorar os padrões universitários de pesquisa, ensino, serviços?

Tudo nos leva a concluir que, ao defender a "colaboração com a iniciativa privada", os governos dos social-democratas pensam não na FIESP,

etc., mas nas escolas privadas do Sr. Di Gênio e quejandos. Ou seja: a universidade pública "melhoraria" o padrão das privadas, o que já está ocorrendo, com o estouro da boiada universitária - os bois ficam fascinados pelo pano vermelho, os acadêmicos venais ficam fascinados pelo contra-cheque instantaneamente maior - e as instituições particulares ajudariam as públicas, com "técnicas de gerenciamento e de controle de qualidade". Não é para rir, muitas vezes a piada deve ser levada a sério. Lembram-se dos tempos ditatoriais, quando toda a esquerda ria às bandeiras soltas com as anedotas sobre Costa e Silva? Foi nesta época, justamente, que surgiu o AI-5. A "parceria", frise-se, não é com empresários sedentos de subsídios para si, e que não empregam um tostão sequer, na pesquisa de longo alcance. Esta "parceria" é com indústrias de ensino que provam saber manipular dinheiro, esbulhando alunos e assaltando os cofres públicos.

A FAPESP, a que me referi acima é um padrão de rigor científico que deve ser preservado. Junto com as universidades públicas, ela é hoje alvo da ira privatista do governo Mário Covas, através de um contador chamado Nakamo. Este, numa desfaçatez inédita, culpa-a e às universidades pelo rombo no orçamento do Estado de São Paulo. Devemos defender a FAPESP, mas sabemos, de outro lado, que nela já se instalou a tal "parceria" que os calhordas indicam. O Conselho da FAPESP é composto, prioritariamente, por representantes das universidades públicas. Entretanto, através de uma bem concertada manobra dos aliados do Sr. Di Gênio, e baseando-se numa ambigüidade do Estatuto da FAPESP (que estabelece terem assento no conselho representantes de instituições de ensino e de pesquisa). Os espertos transformam o "e" sinal de união, em "ou", sinal de disjunção. Ou seja: universidades sem pesquisa, mas com ensino, poderiam ter representantes eleitos para o conselho. Com este sofisma, começou-se a aceitar, na lista dos votantes, os ditos pedagogos das privadas. Isto, de modo discreto, como costumam agir os que labutam contra o interesse público. Pois bem, na última eleição para o Conselho, tais entidades de ensino, sem pesquisa, elegeram um aposentado da UNICAMP - volto ao estouro da manada - aliado dos privatistas, ele se diz representante de uma universidade "comunitária", a PUC de Campinas. Um parênteses: esta história de comunitária" foi outra peta engolida pelas universida-

des, como forma de pagar a aliança com a Igreja, como se fosse mal menor privilegiar escolas privadas e bem privadas, com verbas, através de um artifício da pior espécie. Hoje, a universidade paga por esta cegueira devido à ideologia do momento, ou seja, devido ao oportunismo.

Agora chega o mais interessante: por pressão da FIESP e das indústrias do ensino privado, o governador Covas (como o nome é próprio, neste contexto!) escolheu o dito privatista "comunitário", aliado do Sr. Di Gênio, que estava em primeiro lugar graças a um só voto, tendo em segundo o ex-reitor da UNESP, professor Landim. A formação do eleitorado feita às escondidas, é toda uma história pouco edificante. Há de tudo, desde representantes de universidades públicas que se omitiram, não comparecendo à votação, até uma distribuição em que certas universidade privadas, com as manobras feitas, tinham mais direito de voto do que setores públicos. Covas foi "democrático" escolhendo o primeiro da lista? Comparemos: na escolha do Procurador da Justiça do Estado, o Dr. Marrey, um cidadão honesto e respeitável, isto não vem ao caso, foi o preferido do governador, e estava em segundo lugar com a diferença de muitos e muitos votos. Isto quer dizer: na Justiça, a preferência política do Governador foi pelo setor que se opôs aos seus inimigos, na escolha para o Conselho científico da FAPESP sua opção foi por quem representa a política, proclamada por Nakano e outros irresponsáveis - justamente os patrocinadores da "parceria com a iniciativa privada", retirando das universidades públicas o seu custeio. Acontece que a esperteza dos privatistas não está dando muito certo, pois a cabeça pequena do ocupante da Secretaria da Fazenda, o contador Nakano, acredita mesmo que as universidades públicas e a FAPESP são culpadas pelo rombo do erário. Logo, ele propõe um modo truculento de modificar leis e acabar com as verbas tanto para as universidade públicas, quanto para a FAPESP. Deste modo, os espertinhos imaginavam embolsar milhões para o pagamento de pesquisas, feitas no seus estabelecimentos por docentes traidores das universidades públicas, melhorando a qualidade do ensino das privadas duplamente com dinheiro do povo. O primeiro desvio está nos próprios doutores, que esquecem muito rapidamente do povo, que estava sempre nas suas bocas em campanhas demagógicas para destruir a universidade. Esse povo que pagou para que eles, na França, na Inglaterra, no EUA,

etc., fizessem seu doutorado. Estes espertalhões estão ameaçados de ficar sem os dinheiros da FAPESP. Note-se que, como todo processo real, este é contraditório: o governo quer acabar com as universidades públicas, reforçando as privadas. Mas pela própria lógica do sistema, os industriais não pagam suas dívidas ao governo. Este, manejado por alguém "narrow minded" como Nakamo, quer arrancar tostões do ensino do terceiro grau, quando bilhões são sonegados pela "iniciativa privada". Assim, explode, como resultado da contradição, a "política de ciência e tecnologia" do magnífico governo social-democrata. Não sobrará dinheiro para nenhuma educação, nem para a séria, nem para a pilantra. Tudo isto pode ser mudado, claro, se houver reação ética dos professores, sobretudo dos que estão vendendo sua alma por um contra-cheque, denunciando o Legislativo para que este atenue a política anti-social do governo. Tarefa dura.

Por todos esses motivos, é urgente manter o quesito da Constituição Federal de 1988, sobre a autonomia universitária. O "na forma da lei", esconde a política criminosa de privatização levada pelo MEC e pelos governos social-democratas. Na verdade, o "na forma da lei" pode ser redigido de mil modos - o papel aceita tudo - mas a política real é unir as universidades públicas à "iniciativa privada". O "provão", aplicado "democraticamente" sobre ambas é um signo desta política. Os desdobramentos virão a seguir. O que deveríamos fazer é, mantendo a Constituição que assegura o direito inalienável da liberdade de ensino e pesquisa, produzir uma lei, subordinada e não com o pendor de a modificar, lei orgânica para as universidade, públicas e privadas. Em São Paulo, o reitor da UNESP, Dr. Artur Roquete de Macedo, lidera esta luta. É compatível manter a Constituição, mas é preciso dar-lhe possibilidade de aplicação, com a autonomia universitária **garantida pela Carta *Magna***, e não como o governo e seus áulicos hoje pretendem. Não será, certamente, com a LDB, onde há inclusive o risco da emenda ACM, sobre a "especialização" que reduz a poeira os esforços universitários sérios, que enfrentaremos a tarefa de assegurar à universidade pública uma existência digna deste nome. O governo tudo tem feito para destruir o que gerações de cientistas produziram com esforços heróicos. Ele já cooptou, por medo ou conivência, docentes para a "privatização branca" da universidade. Autonomia significa não agir sob coação do medo e da esperança, mas com liberdade. Se for destruído o

princípio da autonomia universitária, pois, todos nós agiremos por coação, mesmo com excelentes contra-cheques. Em nosso caso, nem esta tolerância teremos. O governo das cinco mãos está impondo às escolas públicas a estrutura das privadas. Ele está nos travestindo, com a conivência de muitos de nossos colegas, no governo e nos *campi*, em bordéis.

PS.: *Este texto foi produzido no momento em que a tática do governo para a Universidade era definir o espaço acadêmico na "forma da Lei". Hoje o truque empregado é o exato inverso, o governo federal deseja atacar a própria Constituição para impor o seu projeto de "autonomia" com privatização efetiva da Universidade.*



A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E SUA FUNÇÃO SOCIAL

Wolfgang Leo Maar
Professor do Departamento de Filosofia
da Universidade Federal São Carlos - SP

A universidade precisa tomar, com todo vigor, consciência de si no panorama nacional. Não vou fazer nenhuma análise micrológica dessas estruturas que sufocam o ensino superior, mas pretendo dar um enfoque um pouco mais distanciado onde se possa avaliar melhor o contexto.

A universidade pública brasileira (pública em um sentido que nós sabemos muito bem o que é) é a melhor instituição que existe na América Latina. Não existe outra nem na Argentina, nem no Chile. Estou querendo mostrar que, ao mesmo tempo, no plano das universidades, temos acesso à melhor instituição na América Latina, e à pior, não só na América Latina como a nível mundial: é o que se chama Escola Superior Privada. Farei a minha intervenção rapidamente, sem intenção nenhuma de rigor, para que saiamos deste paradoxo um pouco mais imbuídos de auto-estima.

Esse conjunto chamado instituição pública, que inclui as universidades estaduais, até mesmo algumas universidades particulares no Brasil, em grande parte, é também uma conseqüência paradoxal do regime militar, por sua política de valorização da ideologia da segurança nacional e pela proposta de desenvolvimento de uma ciência e tecnologia nacionais. A partir disso se desenvolve, principalmente nos anos 70, um complexo sistema de universidades federais no país. Graças

sobretudo ao movimento docente, dos funcionários e dos estudantes, passa a ter um aspecto agregado a esta instalação do parque universitário, que são os mecanismos de democratização, que existem até hoje. Lembremos que, nos anos 70, uma grande parte das universidades públicas brasileiras não tinham os colegiados fortes como os que funcionam nas universidades públicas de hoje. Força esta conquistada graças ao movimento docente, que se irradiou a parte do sistema privado. Não podemos deixar de frisar que esses avanços foram construídos a partir do movimento de quem participa diretamente das universidades.

Este parque instalado a partir dos anos 70, paradoxalmente na ditadura, nos anos 80 passou a ser parque com uma competência reconhecida até pelo governo. Nas últimas décadas, a participação brasileira, a partir de dados do próprio governo, no que se chama de produção científica internacional, passou de 0,3% mundial (o que é absolutamente nada), para aproximadamente 0,7%, ou seja, houve um acréscimo incrível. A universidade é o lugar da competência e da democracia. É **associando a competência com a democracia** que ela pode possibilitar uma **outra forma de desenvolvimento** a partir de mecanismo de produção de ciência e de discussão cultural e artística. É por isso que ela é alvo de uma política de atrelamento internacional ao mercado global, subalterna, onde **não há espaço para produção autônoma** de ciência e cultura.

Não existe espaço para a ciência e cultura autônomas no projeto do governo. Este aniquila hoje nossa autonomia para o amanhã. É uma política de danos a longo prazo. De onde virão os intelectuais do futuro? Do mercado? Ilustre representante do governo reportava recentemente: "não precisamos de pesquisa universitária médica no Brasil; na Internet basta acessarmos os grandes centros cirúrgicos dos Estados Unidos e vamos saber o que eles fazem lá para reproduzirmos aqui". É isto que se prevê também para as universidades. Na medida em que se reduzem as dotações para o trabalho nas universidades: salário de professor, de técnicos, de recursos, etc, se aumentam os investimentos em capital morto. Nas universidades todos têm seu endereço eletrônico. É a política da inserção subalterna, onde não há espaço para produção, sobretudo quando esta toma rumos que não sejam os da política oficial. Só há inserção, no consumo.

Na política do governo não há espaço para a universidade autêntica,

para a modernidade autêntica e para a competência autêntica. Há uma falsa aparência de "modernidade". Agora o governo vai "fiscalizar" as escolas privadas. O que é este "provão", defendido pelo governo? É uma forma de conferir uma aparente "competência" às escolas privadas. Daqui a dois, três anos, os primeiros lugares destes exames vão ser das escolas do Sr. Di Gênio ou da universidade de Mogi das Cruzes.

De um lado, as universidades particulares fingem que são universidades e elas não são. De outro, o governo finge que confere competência a essas universidades. O governo vai fazendo um exame geral e as escolas vão ser cursinhos, os Anglo-Latinos, os Objetivos da vida, para que os formandos passem no "provão". Isto não é produção de ciência e tecnologia.

Se existe um lugar onde é possível discutir a crise pela qual estamos passando, e onde discutir o que vai acontecer daqui para frente com este capitalismo que ganhou mas não levou, que não deu certo, esse espaço é o da universidade pública.

Corremos o risco de estarmos imbuídos desses falsos critérios de competência, de que não há espaço para a universidade pública. Precisamos denunciar essa falsa imagem de universidade. Falsa porque se você chega nos Estados Unidos, no Japão, talvez em alguns lugares dos Tigres Asiáticos, em Hong Kong, com o modelo institucional igual aos das nossa escolas superiores particulares, o pessoal põe você para fora a pedradas. Li uma matéria elogiando o fato da Universidade de Mogi das Cruzes ter contratado o ex-reitor da universidade de São Paulo, para ser seu reitor o argumento era de que o dono da universidade dizia "nós não podemos mais manter em família a direção dos negócios, nós temos que contratar executivos competentes". Ora, se você falar nos EUA que uma universidade tem dono, que ela é passada de pai para filho, você vai ser expulso a pedradas. Se você falar que vai ter que pôr seu filho numa escola secundária particular e, ainda por cima, vai ter que pagar para ele entrar em uma universidade, o pessoal fica horrorizado.

A escola privada no Brasil, de um modo geral ,é uma falsidade e seu único objetivo é o lucro. Educação serve para ganhar rios de dinheiro no Brasil. Só aqui alguém pode dizer: "A minha herança foi uma escola que eu herdei do meu pai e agora nós estamos tentando levá-la adiante...". Isto não existe na Europa e nos EUA. Agora, aliás, o mercantilismo é oficial , as

universidades já não são sem fim lucrativo. Ora: nunca foram!

Lembro-me do filme "O rato que ruge". Na proposta do Fernando Henrique o Brasil é um tigre que mia. É um tigre que tem que ficar miando para ser subalterno. Temos que ficar quietinhos. Não há espaço para a universidade.

Se existe um espaço institucional crítico que temos que tentar preservar para sair dessa política de miséria, chamada "neo-liberal" (na verdade é uma política autoritária, conservadora e reacionária), este espaço é da universidade que foi sofridamente construído. Ele é resultado do movimento social, aquilo que a ditadura levou como sistema instalado até a década de 70 e nos anos 80 foi permeado pela participação social do Brasil. Esta instituição tem que ser preservada, pois ela é o local onde é possível desenvolver algum tipo de alternativa para essa crise que estamos vivendo. É o espaço onde é possível cultivar a tradição do conflito. Se o governo desenvolve propostas paradoxais vai ter que justificá-las para nós professores membros desta empresa competente e honesta que é a universidade pública. O governo precisa constantemente fazer a nossa avaliação, para não fazer a sua própria. E precisamos cobrar a sua avaliação pela universidade. As empresas brasileiras estão falindo e nós estamos conseguindo sobreviver, mal e mal, mas estamos conseguindo. 95% da pesquisa brasileira é feita na universidade pública, apesar da iniciativa completamente contrária do governo. Veja o SIVAM, por exemplo; a comunidade científica se mobilizou, concluiu que podia fazer aquilo pela metade do preço. Qual a opção do governo? Não fazer. O Brasil consegue desenvolver remédios, química fina própria, inclusive usando uma certa habilidade internacional. Obviamente os Estados Unidos iriam chamar isto de pirataria. O governo em vez de nos proteger, faz a lei de patentes. Ele é competente na destruição da competência nacional e na construção da dependência. Precisamos desmascarar este discurso arrogante dos filósofos cientistas no governo. É lama, é meramente uma estratégia de inserção subalterna. Uso palavras um pouco rudes. Compreendo que alguém fique um pouco assustado, mas é para aumentar a nossa auto-estima, para denunciar este estado de coisas.

A universidade Pública é uma instituição, um patrimônio nacional com colegiados discutindo coletivamente, tomando decisões coletivamente. É claro que isso não é o máximo, mas é muito melhor que não ter nenhuma

participação democrática, como acontece em outras empresas brasileiras. Os salários pagos no Brasil são os mais baixos, e mesmo assim os nossos preços não conseguem competir com as coisas que vêm lá de fora. Alguém consegue explicar este paradoxo? Ninguém discute as taxas de lucro. E a nossa "burguesia" agora cobiça a educação com já faturou a saúde. Do ponto de vista racional, temos que preservar a instituição que se chama universidade pública federal. É isso que eu estou querendo dizer: precisamos começar com a conscientização de nós mesmos. A discussão social da universidade está em grande parte associada à participação que tem o conjunto do que se poderia chamar de trabalhador coletivo nacional, neste espaço público que é a universidade. Acho que é isto que se tentou fazer quando se ampliaram os colegiados, quando se acabou com os colegiados fantasmas, que eram os conselhos curadores, quando se procurou fazer listas mais abrangentes para escolha de dirigentes. O governo está voltando atrás, só falta ressuscitar os conselhos curadores.

A função social vai derivar daí. Ela está associada à idéia de que o que está sendo imposto às universidades, é uma forma de atrelamento aos interesses internacionais, uma forma de manutenção do "status-quo". Há que se criar alternativas. E essas alternativas têm que sair de algum lugar, que é onde se produz pesquisa, e se produzem pesquisadores, onde se gera cultura e se produz criadores onde se escrevem os livros didáticos do 2º e 3º graus, onde se formam os professores do 2º e 3º graus, todos os profissionais, onde se formaram todos os integrantes do atual governo. A universidade é competente. Ela está conseguindo, competentemente, destruir a falsa competência . Há uma indústria cultural contra a universidade. Aparentemente, já não se precisa de professores de 2º grau no Brasil. Todas as escolas vão ter a sua antena parabólica, Talvez ligada num canal que tenha um professor de português direto de Washington e vai ter lá alguém só para acompanhar os alunos. Para que editar outros livros didáticos aqui no Brasil feitos por brasileiros? É só copiar e isto está sendo passado para nós. Os jornais o Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo estão passando palavras em dicionariozinhos, verbetes. Agora é só você ler o Estadão todo domingo, eles dão lá um folhetozinho ensinando matemática, português, já está tudo pronto. Não precisa a relação da formação com sujeitos vivos, juntos, capazes de interferir na história.

Essa relação está em cheque. Nós agora não vamos mais nem precisar sair de casa. Talvez dentro de pouco tempo a gente dará aula para nossos alunos sem sair de casa. Uma empresa fornece cursos de sociologia e as pessoas acessam de sua casa. Uma vez por mês elas passam, fazem uma provinha, recebem uma nota, pagam um tanto e pronto. Para que produzir ciência no Brasil, se já tem nos outros lugares? Para a minha geração de 68, o que aconteceu com o mundo é uma tragédia. Então, vai-se continuar assim, com esta tragédia? Ela é fruto da história. É gente que propositalmente faz esta tragédia, não é curso da racionalidade fatal do mundo. A universidade, articulada aos interesses dos trabalhadores, é o espaço para discutir esta tragédia, mas eu poderia imaginar outro rumo para as coisas. Seria valorizar a instituição onde é possível desenvolver o caldo dinâmico do qual estas coisas podem sair, que é a universidade pública. Uma instituição pública que está vinculada, que dá acesso ao que há de moderno no mundo, que é uma espécie de espaço, uma espécie de laboratório das melhores culturas que circulam ali, e ao mesmo tempo, onde se cultiva a autonomia. É um espaço onde as pessoas lêem livros e isto nós temos que preservar e melhorar. O que não podemos é assumir como nosso critério aquilo que querem nos impor politicamente. É preciso rever o conceito de competência. O que é hoje ser um dirigente competente? É mandar gente embora? Essa competência produz este mundo que nós estamos vendo aí, contra o qual está arrebentando, por exemplo, o movimento sindical, como nós vimos, na França. Lá eles não entregam os direitos dos trabalhadores. Neste país, que foi o último a abolir a escravidão, os direitos do trabalho a gente acha um luxo. Na Argentina e no Chile não tem mais universidade. No Brasil existe uma instituição pública que tem nível, ainda, com participação popular garantida, e não só é das associações docentes, é dos colegiados que existem por causa das associações docentes. Existe o controle mais ou menos público, de uma instituição pública extremamente competente, onde as pessoas não passam vergonha. Sabemos que nossos estudantes vão para fora e não passam vergonha. O que se faz em termos de ciência e tecnologia com os poucos investimentos no Brasil é quase um milagre em termos internacionais. Nós fazemos coisas inacreditáveis. Não fiquemos falando isto às escondidas, uns pros outros. Temos que falar em alto e bom tom e denunciar as bandalheiras que se

cometem às escondidas e que são mistificadas com os discursos falsos da competência. O governo, para destruir a universidade pública vai criar uma outra, que a substitua lentamente, ao mesmo tempo que deixa aquela apodrecendo, para depois dizer que não funciona.

Eles não são burros de ficar confrontando de frente. Fazem uma proposta lenta, que a gente acaba assumindo. É preciso a todo custo evitar isto, evitar assumir o discurso do governo. A universidade pública vai ser a mesma coisa que é o 2º grau público. Vamos ser iguais às universidades da América Latina. O tigre vai ser reduzido a rato. Por enquanto somos um tigre miando . Temos que calar este miado, a nós imposto. É um miado social, é miado de tigre. Precisamos pôr isso na cabeça: **é uma forma social aparente que está se impondo para nós. Temos que derrotá-la, contrapô-la com uma outra, construir uma outra**. Não sei qual é a outra, é da universidade pública. Precisa-se começar a discutir a universidade pública para levantar estas questões, e não fazer dela, uma instituição que satisfaz demandas. O MEC já sugeriu: temos que fazer uma grande pesquisa de mercado, para ver quais as profissões estão sendo demandadas.Ora: **Nós temos que formar o que é preciso formar** para os interesses de nossa autonomia. Para mais soluções para o futuro, e não satisfazer demandas do passado, com a meta de deixar tudo igual ao presente. Para termos um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social, para emanciparmos o povo brasileiro. O objetivo tem que ser a emancipação do povo. Se não há demanda, é porque ela está completamente falsificada pela situação em que o Brasil está inscrito. Temos que satisfazer o que é preciso e deixar de ir atrás de demandas. Caso contrário, ter uma universidade que fica formando secretárias bilingües, e não vai ter engenheiros de minas. A Poli tem um curso que é considerado um dos melhores do mundo em engenharia de minas, num país como o Brasil, possuidor das maiores reservas territoriais (todas vendidas, então o pessoal traz tudo de fora). O curso de engenharia de minas tem poucos alunos para muitos docentes. Aí o pessoal diz: tá vendo? É um absurdo, docentes para poucos alunos na Escola de Minas da Escola Politécnica de São Paulo. É de se perguntar por que num país como o Brasil, você tem cientistas disponíveis para formar gente e não tem demanda. E isto é favorável à estratégia do governo: deixar apodrecer para depois mostrar que é ruim. É

o que está se tentando fazer agora com o projeto de autonomia sem garantia de percentagem orçamentária. É só perguntar ao pessoal das estaduais paulistas. É uma tragédia, você não garante nada. Este é um fato. É preciso também ter em mente com clareza esta situação pura e típica: as instituições de ensino privado que são um absurdo.

Ao lado disso, é preciso esclarecermos, por exemplo, a questão das aposentadorias. O MEC é o único organismo estatal que paga, ele próprio, do dinheiro da educação. Todos os outros tem uma caixa própria do governo. É uma forma de desencaminhar os recursos da educação.

Isto é um absurdo. Mas não dizemos isto para a população, ao mesmo tempo que ela é completamente imbuída por um discurso de falta de recursos. Só de imposto territorial rural declarado no ano passado, não foram pagos 29 bilhões. Este é o país que não tem recurso para educação, para os Bancos escolares. Só para os outros Bancos...

QUALIDADE OU QUANTIDADE

Celson José da Silva
Professor Aposentado do Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

Nos dias 03 e 04 de abril último foi realizado aqui na Inglaterra um congresso internacional (1st International "Organization" Conference on Shift in Knowledge and Power), organizado pelas Universidade de Warwick e Lancaster (UK), em conjunto com a University of Massachusetts at Amherst (USA). A característica internacional da *Conference* esteve assegurada pela participação de conferencistas vindos de quase todos os países europeus, dos Estados Unidos, da Austrália e do Brasil.

Como costuma ser de praxe na Inglaterra, o Congresso teve o formato de apresentação de *papers*, cujos *abstracts* haviam sido previamente selecionados e aprovados por uma comissão de especialistas. Intermediando as apresentações dos textos, aglutinados em função dos temas tratados, estavam programadas duas sessões plenárias: uma no primeiro dia e outra no segundo, encerrando o encontro.

Havia uma grande expectativa em torno da plenária programada para o primeiro dia, pelo fato de que seria dirigida por duas especialistas de renome internacional, vindas dos Estados Unidos especialmente para isto. Depois de terem sido apresentadas formalmente, as duas conferencistas fizeram os agradecimentos de praxe e informaram à platéia que havia sido dada a elas plena autonomia em relação ao

formato daquela sessão. Disseram em seguida que, usando desta autonomia e sendo fiéis ao significado da palavra *plenary* que foram buscar no dicionário, haviam analisado todos os *abstracts* aprovados, com o objetivo de apresentarem aos participantes uma visão global do congresso.

No inicio, se limitaram a comunicar que os trabalhos estavam dirigidos para os temas mais importantes da área e que haviam sido produzidos por autores de diferentes nacionalidades.

Em seguida, logo ao entrarem na análise qualitativa dos *abstracts*, surpreenderam a platéia, pelo severo tom de crítica que assumiram. Sem meias palavras disseram, em resumo, que os trabalhos eram de certa forma ultrapassados, teoricamente fracos e metodologicamente simplórios. Continuando, perguntaram porque os autores se preocupavam com os temas dos trabalhos apresentados. Isto, num seminário daquela envergadura, no qual estavam presentes especialistas importantes, na maioria com larga experiência profissional e acadêmica.

Estupefata, de início a platéia não esboçou qualquer reação, o que levou a uma provocação ainda mais agressiva por parte das palestrantes. Com isto, aos poucos, o público presente foi reagindo, mostrando certa frustração e uma certa indignação pelo que julgavam ser uma inesperada indelicadeza intelectual, vinda de duas eminentes autoridades na área. No geral as reações variaram entre o clássico reconhecimento de culpa e a tradicional indignação própria de brios ofendidos, com o argumento de que as palestrantes, em lugar de apresentarem algo substantivo, novo e de qualidade, se restringiram a uma avaliação superficial, formal e improdutiva dos *abstracts*, garantindo, no entanto, ares de respeitabilidade acadêmica. Foram levantadas questões que iam desde a necessidade atual de sobrevivência na universidade através de pesquisas e publicações e a total impossibilidade de fazer carreira acadêmica sem elas, até as limitações impostas pelo excesso de tarefas docentes e burocráticas, passando ainda pelo argumento de que muitas vezes idéias não amadurecidas têm que ser publicadas antes que sejam "apropriadas" por outros.

Uma reação chamou, entretanto, particular atenção. Pedindo a palavra, alguém se apresentou com uma professora universitária com larga experiência de magistério e pesquisa acadêmica. Indignada - revoltada talvez - dizia estar atônita, sem compreender direito ao que assistia. Pri-

meiro, pela injustificada rudeza das palestrantes; segundo, pela débil reação dos colegas presentes. Inflamada e com certa emoção na voz, fez uma retrospectiva profissional, afirmando se sentir, por uma lado, muito confortável na posição de professora universitária, uma vez que se identifica muito com a atividade de magistério. Mas que, por outro lado, vem sentindo certo desconforto nos últimos tempos pelas fortes e indiscriminadas pressões por parte dos órgãos universitários e acadêmicos por cada vez mais necessidade de pesquisas e publicações. A tal ponto, que já não se costuma perguntar pela qualidade e relevância do que é pesquisado e publicado. No seu entender, o que mais interessa à burocracia universitária e a todos os órgãos que se julgam responsáveis pela avaliação das atividades acadêmicas é a produção de números: tantas pesquisas, tantos artigos, tantos livros, tantas vezes citada por outros autores, os quais foram outras tantas vezes também citados.

Esta intervenção abriu oportunidade para que se seguisse uma discussão enfocando a generalizada pressão em termos da necessidade de se "produzir" pesquisas, artigos e livros. A tal ponto que a qualidade ou relevância do que se pesquisa e se publica passa para segundo plano e as publicações e apresentações em seminários sempre valerão pontos na carreira acadêmica, independente do grau de profundidade ou amadurecimento do texto.

Houve mesmo quem lembrasse que, independente da qualidade dos textos criticados pelas palestrantes, a partir do seminário, todos iriam poder acrescentar um número no rol de suas atividades acadêmicas. Ironizando ainda mais, alguém pediu que elas criticassem seu *paper* nominalmente e, se possível, em diferentes publicações, porque cada uma delas significaria uma citação a mais, contabilizável em seus infinitos relatórios acadêmicos. Estas intervenções deixavam no ar a impressão de que, em parte, tem-se pesquisado e publicado como mera resposta burocrática às pressões dos órgãos universitários e de avaliação acadêmica.

Embora não caiba discutir o mérito da análise apresentada pelas duas conferencistas, não se pode desconhecer a importância da pesada avaliação crítica dirigida por duas renomadas acadêmicas a trabalhos apresentados no âmbito de uma importante seminário internacional.

Não obstante, o que mais nos interessa neste momento é uma possí-

vel reflexão sobre o conteúdo das intervenções descritas interpretativamente nos parágrafos anteriores. Até mesmo porque, se levarmos em conta os temas que têm sido objeto de reiteradas discussões no meio da comunidade acadêmica brasileira e se considerando as questões hoje colocadas como prioritárias para a reforma do ensino superior e para a almejada autonomia universitária no Brasil, não deixa de ser interessante o que está por trás de um debate como este. Sobretudo porque, em torno dele, esteve reunido um número significativo de acadêmicos vindos de países com inquestionáveis tradições e experiências universitárias. Na verdade, uma discussão como esta poderia muito bem ter-se processado em qualquer parte do Brasil.

Embora seja possível compreender a irritação relutante de parte da platéia presente na plenária do referido congresso, não se pode concordar com qualquer suposto de que já não importa a relevância e a qualidade das pesquisas e publicações. Nem se poderia estabelecer concordância se por trás das reações estiver embutido o pressuposto de que pesquisar e publicar não sejam atividades fundamentais ao pleno exercício do magistério superior, sendo hoje majoritariamente aceito que, num nível mais elevado, tende a ser estabelecida uma ligação indissolúvel entre o ensino e a pesquisa, resultando daí a publicação, embora esta também não seja uma questão isenta de polêmicas, segundo o que será retomado mais abaixo.

Certamente algumas das intervenções na sessão plenária da Conferência Internacional, ganham maior relevância, se deslocarmos o foco da análise. De fato, elas acabaram deixando certo entendimento de que a indiscriminada pressão exercida pelos órgãos responsáveis pelas avaliações tem levado à necessidade de uma produção a tal ponto mais ágil e numerosa, que o resultado tem sido muitas vezes um trabalho academicamente burocrático e qualitativamente muito menos relevante.

Por certo conseguiremos um razoável consenso quanto a ignorar esta questão, se esta pudesse ser vista como situação marginal, tanto com relação aos órgãos burocráticos, quanto com relação aos pesquisadores. Seria de boa prudência, contudo, abrimos espaço para a indagação sobre até que ponto, aqui e alhures, realmente este possa estar sendo apenas um comportamento marginal, advindo de uma equivocada percepção da realidade.

Isto porque, se de fato uma possível pressão pela quantidade possa estar acarretando, seja onde for, um considerável nível de descaso com relação a qualidade da produção acadêmica, seria de todo prudente reconsiderar esta questão. E, certamente, uma revisão dos mecanismos utilizados poderia ser mais produtiva do que outras soluções que desprezassem a questão, sob o suposto de que seria um problema marginal.

Todos sabemos das dificuldades por que passa quem enfrenta a árdua tarefa da avaliação das atividades acadêmicas. E nem por isto se pode negar a importância, a utilidade e até mesmo a necessidade da avaliação constante das Universidades em sua dimensão global, merecendo destaque especial o que se produz em termos de ensino, pesquisa e publicações. Mas, certamente avaliações desta natureza não podem se tornar ritos de passagens meramente quantitativos nem devem, o que seria muito pior, se transformarem em instrumentos de opressão. Da mesma forma, seria de todo inconveniente se sob o manto de uma inadequada avaliação estivesse embutido qualquer estímulo à multiplicação de uma indesejável mediocridade acadêmica disfarçada.

Este é um dos mais complicados temas que as Universidades em geral têm tido que enfrentar. O problema é que, muitas vezes, a busca de soluções realmente inovadoras para velhos hábitos sempre enfrenta resistências e demanda árduo investimento de tempo e trabalho. Por isto, com frequência, acaba-se optando por soluções artificiais ou superficiais, o que pode resultar em conseqüências mais danosas do que profícuas, lembrando a velha parábola do remendo novo em roupa velha.

Não é por outro motivo que a própria Universidade enfrenta tantas dificuldades para se repensar como um todo. Assentada em uma tradição e uma legitimidade seculares, além de garantida pela inquestionável relevância do seu papel social e pelo importante trabalho que produz, a Universidade enquanto Instituição só se questiona e permite ser questionada a partir de um referencial genérico. Isto para não se dizer que qualquer questionamento que possa levar à possível pergunta sobre a busca de instituições alternativas, seria dificilmente aceito sem grande relutância.

Retomando neste ponto a questão da ligação indissolúvel entre ensino e pesquisa, acreditamos que, o que mais fortemente legitima a existência das universidades e lhes garante a reivindicação de relativa autonomia é o fato

delas promoverem de modo mais consistente e generalizado o avanço do conhecimento científico. Só que a capacidade das Universidades fazerem avançar o conhecimento estaria seriamente comprometida sem sistemáticas atividades de pesquisa e sem as publicações delas resultantes.

Restaria, entretanto, encontrar certos pontos de equilíbrio. Em primeiro lugar, caberia abrir espaço para a pergunta sobre se a este respeito faz realmente sentido a diferenciação entre universidades públicas e privadas. Quanto às universidades públicas, a ligação entre o ensino e a pesquisa poderia ser tomado quase como pressuposto necessário. Já com às universidades consideradas em princípio como instituições privadas, esta questão se torna muito mais complexa. Em sistemas onde as universidades são basicamente mantidas por grandes fundos arrecadados principalmente junto à iniciativa privada, estes recursos tendem a ir para aquelas instituições que oferecem como resposta grande volume de pesquisas e publicações relevantes. Nestes casos, sem pesquisas e publicações não haverá dinheiro e, sem dinheiro, não existirá ensino. Mas, quando para sobreviverem as universidades privadas precisam amealhar recursos de múltiplas fontes e têm que contar basicamente com pagamento de anuidades escolares e suporte parcial do financiamento público (e nisto as instituições confessionais seriam um caso à parte), cresce a complexidade da ligação entre o ensino e a pesquisa. Não obstante, mesmo estas instituições têm que estar sob permanente vigilância do poder público e da sociedade a que servem, na medida em que não seria razoável supor que estariam liberadas para oferecer ensino de má qualidade e a formarem profissionais de baixa qualificação. Se elas optarem por somente repassar a seus alunos o conhecimento que é produzido em outras instituições, espera-se que, pelo menos, estejam em permanente sintonia com o avanço e a contemporaneidade deste conhecimento.

Em segundo lugar, não poderíamos ignorar a extrema diversidade das pesquisas que são produzidas em diferentes áreas. Se, por um lado, não se pode abrir mão da qualidade e da relevância das pesquisas e publicações em geral, por outro, não existem parâmetros incotestavelmente universais que permitam uma avaliação comum para todas as áreas. Seguramente os critérios que servem para avaliar a qualidade e a relevância de uma pesquisa na área de física aplicada ou de zootecnia, podem não

valer para a filosofia ou para a história. E isto pode estar intrinsecamente ligado à existência de maior ou menor volume de publicações nas diferentes áreas. Um relatório descrevendo, por exemplo, a metodologia utilizada para se chegar a uma resultado parcial e provisório de uma pesquisa pode ser extremamente importante na área de física aplicada e, quando bem fundamentado, encontrará espaço aberto para publicação em importantes revistas nacionais e estrangeiras (embora possa parecer muito simples e sem importância aos olhos de um cientista político). Em áreas como história e sociologia, no entanto, relatórios puramente descritivos da metodologia utilizada para se chegar a resultados ainda muito particularmente e provisórios, podem até ser importantes, mas dificilmente encontrarão guarida para publicação.

Em terceiro lugar, há que se fazer distinção entre o que se espera das Universidades em termos da produção coletiva de pesquisas e publicações e o que se deve demandar de cada um dos seus acadêmicos. Mesmo mantendo-se o pressuposto da produção coletiva, caberiam ainda as perguntas sobre se todos os professores têm realmente que estar permanentemente envolvidos em pesquisa e sobre o tipo de pesquisa que é de fato imprescindível para que determinado professor possa oferecer ensino de boa qualidade.

Finalmente, tendo como pano de fundo os temas levantados anteriormente, seria talvez oportuno lembrarmos a questão do caráter público da Universidade, basicamente porque daí advém seu conseqüente corolário: o problema do financiamento de suas atividades. Todos sabemos quão penosa é esta discussão, porque na maioria das vezes ela vem demarcada pelos rígidos contornos definidos pela prática de experiências de tal modo enrijecidas pela inquestionada tradição secular, que a busca de soluções mais consentâneas se torna extremamente penosa. Até mesmo porque os modelos clássicos de financiamento realmente cumpriram importante papel no passado e, muitas vezes foram a única alternativa possível. A questão é saber se seriam hoje inteiramente válidos ou se ainda seriam a única ou a mais adequada solução. Este é, entretanto, tema cuja complexidade demanda texto à parte.


GRAMSCI

MARX, GRAMSCI E A SOCIEDADE CIVIL

Rosemary Dore Soares
Professora do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação da UFMG

A importância de discutir o conceito gramsciano de sociedade civil se insere na perspectiva de oferecer contribuições para ampliar o debate sobre os processos de luta por uma educação pública e democrática. Apesar da "onda gramsciana" já ter passado, pois seu momento áureo foi nos anos oitenta, muitas de suas análises continuam mal assimiladas pelo pensamento político no Brasil. No campo educacional, essa incompreensão aparece na idéia de que a escola é o resultado monolítico da vontade da classe dominante, não materializando nenhuma conquista das lutas populares. A conseqüência mais perversa dessa leitura pode ser identificada na apresentação de estratégias calcadas na simples denúncia e recusa em bloco das políticas governamentais, reforçando, assim, o imobilismo hoje tão acentuado na sociedade, particularmente na universidade.

As reflexões de Gramsci sobre as instituições da sociedade civil mostram que elas não são espaços de pura reprodução de interesses da classe dominante. Ao contrário. São dimensões do Estado que se foram constituindo a partir de lutas sociais. Estas instituições, dentre as quais se encontra a escola, incorporam, na sua existência, reivindicações históricas das classes subalternas.

Quando Gramsci desenvolveu uma nova teoria

para a sociedade civil assinalou, em suas notas, a existência de um vínculo entre o seu conceito e o de Hegel. Dizia que o conceito hegeliano de sociedade civil deveria ser entendido como "hegemonia política e cultural de um grupo social sobre a inteira sociedade, como conteúdo ético do Estado..." [3] Este enunciado tem produzido muita polêmica. Tem-se investigado se Gramsci teria haurido seu conceito de sociedade civil de Hegel ou de Marx.

Segundo o pensador italiano, Norberto Bobbio,[1] "Gramsci deriva o seu conceito próprio de sociedade civil não de Marx, mas declaradamente de Hegel...". Mas, ao representar a sociedade civil e não o Estado como "o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico", Gramsci se distingue de Hegel e se identifica com Marx. Contudo, se Marx localiza a sociedade civil na estrutura, Gramsci a compreende como um momento superestrutural. A conseqüência dessa formulação é a de que, para Marx, "o movimento que leva à extinção do Estado é fundamentalmente estrutural (superação dos antagonismos de classe até chegar à sua supressão), enquanto em Gramsci é principalmente superestrutural (ampliação da sociedade civil até sua universalização)".

Nessa interpretação, Bobbio sugere que o pensamento gramsciano é idealista, pois a transformação social é vista como resultado de um movimento unicamente superestrutural. Para resolver o impasse que opõe as idéias de Marx às de Gramsci, afirma que este, ao se referir ao Estado, tem em vista um movimento que ocorre *somente no interior da superestrutura* mas que - em *última instância* - é condicionado pela modificação da estrutura.[1] Embora essa explanação pretenda desfazer a imagem de "idealista" dada à teoria de Gramsci, o autor mantém a idéia de que o seu conceito de sociedade civil vem de Hegel.

Carlos Nelson Coutinho, um dos maiores divulgadores do pensamento gramsciano no Brasil, contesta a formulação de Bobbio mas acaba sustentando também que o conceito de sociedade civil de Gramsci está mais próximo do de Hegel do que do de Marx. Para Coutinho, Marx não pode captar a dimensão essencial das relações de poder numa sociedade capitalista avançada porque, no seu tempo, ainda não existiam "os grandes sindicatos englobando milhões de pessoas, os partidos políticos operários e populares legais e de massa, os parlamentos eleitos por sufrágio universal direto e secreto, os jornais proletários de imensa tiragem, etc." Já Hegel

pode entender a questão da "trama privada" do Estado porque introduziu na esfera da sociedade civil as corporações, que poderiam ser "vistas como formas primitivas dos modernos sindicatos". [2]

Por que Hegel, que conheceu um Estado mais atrasado do que Marx, foi capaz de compreender novas determinações que teriam escapado a Marx?

Ao contrário do que afirmam Bobbio e Coutinho, foram as próprias determinações do fenômeno estatal, apreendidas por Marx, que levaram Gramsci até Hegel. Nos seus estudos sobre o conceito hegeliano do Estado, Gramsci se fixa no momento em que Hegel discute a relação pedagógica, educativa, necessária no sentido de equilibrar dois aspectos inerentes a qualquer relação de poder: *força* e *consenso*.

Hegel interpretava, no plano filosófico, as aspirações democráticas da jovem burguesia. Ele acreditava que a *força* era um elemento necessário para as consciências romperem com o velho modo de vida aristocrático-feudal e conquistarem a liberdade. Mas a força não bastava. Era também imprescindível a aceitação "livre" das novas formas de vida, o que não se obteria de forma espontânea e sim através da *educação organizada permanentemente*. Ao tratar dessa face "educadora" do Estado, do seu momento *ético*, diz Gramsci, Hegel tocava na questão da hegemonia: a busca do consentimento a uma dada forma de governo, mediante a persuasão.

É verdade que o Estado conhecido por Hegel era pouco desenvolvido e as instituições políticas ainda estavam imbricadas nas instituições econômicas. No entanto, as transformações econômicas, sociais e políticas decorrentes das revoluções democrático-burguesas aprofundavam a distinção entre a vida civil e a vida política. Hegel demonstrava ter apreendido teoricamente esse processo na sua conceituação do Estado. Ao mesmo tempo, porém, ele propunha *identificar conceitualmente* sociedade civil e sociedade política no Estado. Considerando que o projeto social da burguesia tinha um caráter civilizatório universalizante, acreditava que o Estado burguês era ético porque educava os indivíduos para aceitar as novas normas de convivência da sociedade capitalista. Esse "conformismo" era libertador, pois propiciaria a todos atingir a condição de burgueses, ou seja, a condição de Estado.

Criticando as teorias de Hegel, Marx mostra que o projeto social da

burguesia não era universal, já que seus interesses eram excludentes, tendo o Estado um caráter classista. Se a identidade entre sociedade civil e sociedade política, proposta por Hegel, fosse levada às últimas conseqüências, ambas as sociedades, civil e política, desapareceriam. O Estado desapareceria. Marx chega a essa conclusão porque não reflete sobre essa identidade abstratamente, mas a analisa numa perspectiva histórica. Se todos fossem educados a participar do Estado, a vida civil seria politizada, tornando desnecessário, portanto, o Estado (sociedade política).

À época de Marx, a sociedade política se sobrepunha à sociedade civil. Esta era ainda caótica e limitada às lutas de natureza eminentemente corporativa, vinculando-se aos conflitos econômicos nascidos da produção capitalista. A predominância da sociedade política, da coerção, exprime o "Estado restrito", conceito que Marx e Engels formularam ao analisar as relações de forças no período histórico em que viveram.[15] Expressando o poder da burguesia, o Estado burguês seria derrubado por uma revolução violenta. Essa estratégia, conhecida como "revolução permanente", inspirava-se na experiência da Revolução Francesa, movimento tomado como paradigma de uma nova virada histórica.

As análises de Marx sobre o Estado seguem um novo curso quando ele focaliza a vida política francesa, na segunda metade do século passado. Gramsci nota que elas mostram, "*in nuce*", a constituição da sociedade civil e da hegemonia. Dentre elas, Gramsci destaca o *18 Brumário* (1851-52).

Refletindo sobre as condições sociais e políticas que geraram o golpe de Estado de Bonaparte, Marx se reporta à Revolução de Fevereiro de 1848. Mostra que, nessa época, os trabalhadores não tiveram forças suficientes para derrotar a burguesia. Por sua vez, a burguesia não pode - nem poderia - aniquilar os operários. Assim, foi obrigada a lhes fazer concessões, como a "República parlamentar" que, instituindo o sufrágio universal, tornou-se um perigo constante para ela.

Na forma estatal desenvolvida para derrocar o feudalismo, assinala Marx, existia um modelo inferior de centralização, "onde o Estado enfeixa, controla, regula, superintende e mantém sob tutela a sociedade civil, desde suas mais amplas manifestações de vida até suas vibrações mais insignificantes, desde suas formas mais gerais de comportamento até a vida privada dos indivíduos...". [9] Trata-se de uma extraordinária centralização,

correspondente à massa social desamparada e sem forma, que "só encontra paralelo na dependência desamparada, no caráter caoticamente informe do próprio corpo social". [9]

Já o regime parlamentar é um sistema que possibilita um maior movimento da sociedade civil, dando-lhe proeminência sobre o poder executivo, através da criação de organismos próprios da sociedade e independentes do poder governamental. Para Marx, tal sistema cria condições para formar *instâncias de mediação* entre o poder da classe dominante e o das outras classes sociais. Sendo um governo que vive do debate, permitindo às maiorias participarem das decisões políticas, o sistema parlamentar se converte num verdadeiro "regime de desassossego" para a burguesia. Ao solicitar a participação das massas, ele cria condições para que os operários se organizem e influenciem a direção política da sociedade. Em contrapartida, somente nesse regime é possível à burguesia exercer o seu domínio político como classe. Somente ele lhe oferece possibilidades de superar os interesses mais imediatistas e identificar seus objetivos comuns de classe, apresentando-os como "interesse geral", como interesse "público", como "Estado".

Nos anos quarenta e cinqüenta do século passado, a burguesia francesa ainda não tinha conseguido superar os conflitos que a dividiam internamente em várias facções monárquicas. Assim, não podia apresentar os seus interesses de classe como interesses do Estado. Estava politicamente despreparada para dirigir o governo com a participação popular. Por isso, não permite a organização política dos seus antagonistas, nem mesmo de seus próprios intelectuais. Em vez de fortalecer o parlamento, a burguesia reforça o executivo e cria condições para o golpe de Estado de Bonaparte.

Com essa análise, Marx esclarece que a burguesia não é uma "inteligência" a-histórica, capaz de conhecer antecipadamente seus instrumentos políticos de dominação. Ao contrário, ela enfrenta o conflito com outras classes sociais para identificar-se politicamente. O regime parlamentar, resultante dessas lutas, permite não apenas que a burguesia consiga ser politicamente governo como também que os operários se organizem.

É justamente para essa questão que Marx se volta quando cai a ditadura

bonapartista, durante a guerra franco-prussiana (1870). Nesse momento, os operários tomam o poder da capital francesa, pretendendo fundar uma nova ordem social. Marx lhes recomenda que não sigam o modelo revolucionário jacobino - o "ataque frontal" ao Estado - mas procurem consolidar a República para se organizarem como classe e prepararem sua revolução. Porém, os trabalhadores parisienses tentam, com a Comuna de Paris, colocar em prática a fórmula da "revolução permanente" e são derrotados.

Nas suas reflexões sobre o Estado, Marx toca no problema da "articulação" política da sociedade civil, apontado por Hegel, mas não pode conhecer, na prática, o desenvolvimento histórico desse processo em que a sociedade civil se vai "politizando". A caótica e disforme sociedade civil que conheceu vai ganhar nova configuração a partir das grandes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais da segunda metade do século XIX. Isso ocorre quando as classes subalternas se vão organizando e assumindo posições de força, antes reservadas à "sociedade política". Nesse novo contexto histórico, o exercício do poder dos grupos dominantes não pode mais se efetivar sem o consenso dos governados. Esboça-se, assim, uma nova característica do fenômeno estatal que Gramsci procurou apreender teoricamente no conceito de "Estado ampliado", compreendido como sociedade política e sociedade civil. Nesta última, ele identifica uma especificidade: a hegemonia, o momento "ético" do Estado, na concepção de Hegel. Este filósofo não viu a tomada do poder pela burguesia somente como exigência imediata para destruir o velho (aliás, Hegel repudiava o "Terror" jacobino), mas como processo para construir uma nova forma de vida, que possibilitaria a todos a condição de dirigentes.

Retomando num outro contexto histórico e geográfico a tese marxiana de que a burguesia não poderia realizar o Estado ético proposto por Hegel, Gramsci defende a idéia de que este Estado só poderia ser desenvolvido por um grupo social com um projeto efetivamente universalizante. Com essa proposta, ele aborda a estratégia revolucionária para o "Estado ampliado". Suas reflexões são desenvolvidas à luz da análise sobre as mudanças na correlação de forças sociais, ocorridas na passagem do "Estado restrito" ao "Estado ampliado". Designa as lutas sociais existentes no "Estado restrito" de *guerra de movimento* e as que se desenvolvem no "Estado ampliado" de *guerra de posição*. Mostra que, nas novas condições

da luta de classes, a fórmula da "revolução permanente", nascida no contexto do "Estado-restrito", perdeu a sua eficácia política. Ela se aplicava ao momento em que a participação política das massas era escassa, a ação do proletariado desenvolvida basicamente por vanguardas combativas, que atuavam na clandestinidade... As novas determinações históricas, surgidas após 1848, diferenciavam completamente as formas de domínio estatal.

No "Estado ampliado", a fórmula revolucionária é a da "hegemonia civil": implica o envolvimento de grandes massas na resolução dos seus problemas, através da participação no complexo de associações da vida civil que se expandem na estrutura de massas das democracias modernas. Essas associações, os "aparelhos privados de hegemonia", passam a constituir verdadeiras "trincheiras" de combate pela obtenção de posições de direção e governo da sociedade. É a dimensão da *sociedade civil* que ganha uma especificidade própria sem a qual o Estado não poderia mais ser compreendido.

Na disputa pela hegemonia na sociedade civil, adquire uma enorme força a luta no campo cultural, a luta ideológica. Nesse quadro, a organização escolar - enquanto instância fundamental para a difusão de ideologias - assume papel relevante e, por isso, ela se amplia enormemente neste século. Como parte da sociedade civil, ela é compreendida por Gramsci não como uma instituição que se organiza como produto exclusivo da vontade da classe dominante, mas como espaço de luta que se constitui historicamente a partir dos movimentos populares.

Uma das mais relevantes contribuições das reflexões de Gramsci sobre a sociedade civil é a de nos permitir identificar o processo de constituição da escola - do nível elementar ao da universidade - como um processo contraditório, resultante de lutas sociais. Esta referência teórica é extremamente importante quando se pretende construir propostas alternativas para a educação, atualmente tão necessárias ao movimento democrático popular. Ela exige de nós educadores muito mais do que uma mera denúncia do caráter excludente e antidemocrático das diretrizes governamentais. Exige um esforço permanente de identificação das contradições da sociedade civil, para que saibamos separar "o joio do trigo", sem nos sentirmos completamente derrotados ou seduzidos por soluções mágicas de construção do novo. Só assim, poderemos identificar espaços para ações políticas que permitam acumular forças. A realidade nos é adversa, mas é nesta realidade que precisamos atuar, se quisermos transformá-la.

NOTAS E SUGESTÕES BIBLIOGRAFICAS

1. BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil.* Rio de Janeiro, Graal, 1982.
   _____. *Estudos sobre Hegel*: direito, sociedade civil, estado. São Paulo, UNESP/Brasiliense, 1991.
2. COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci.* Porto Alegre, L&PM, 1981.
3. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
4. _____. *Concepção dialética da história.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978 a.
5. _____. *Pasado y presente.* Barcelona, Granica, 1977 a.
6. _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978 b.
7. HEGEL, G.W.F. *A sociedade civil burguesa.* Lisboa, Estampa, 1979.
   _____. *Princípios da filosofia do direito.* 2ª ed., Lisboa, Martins Fontes, 1976.
8. MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, Lisboa, Presença, 1983.
9. _____ . O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. *In*: _____ e ENGELS, F. *Textos*, vol. 3. São Paulo, Edições Sociais, Alfa-Omega, 197_ , p. 199-285.
10. _____. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. *In*: _____ e ENGELS, F. *Textos.* Vol. 3, São Paulo, Edições Sociais, 197_ , p. 93-198.
11. _____. Crítica ao Programa de Gotha: observações à margem do Programa do Partido Operário Alemão. *In*: _____ e ENGELS, F. *Textos.* Vol. 2, São Paulo, Educação. Sociais, 1975, p. 227-243.
12. _____. Primeiro Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana, *In*: _____ e ENGELS, F. *Textos.* Vol. 2, São Paulo, Ed. Sociais, 1975, p. 168-172.
13. _____. *Contribuição à crítica da economia política*, São Paulo, Martins Fontes, 1977.
14. _____ e ENGELS, Friedrich. *La ideologia alemana* Barcelona, Grijalbo 1974c.
15. _____. Manifesto do Partido Comunista. *In*: *Textos*, vol. 3, São Paulo, Edições Sociais, 197_, p. 13-47.

SISTEMA DE SAÚDE DE CUBA

José Ribeiro de Paiva Filho
Professor Aposentado do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG

Estimulado por colegas, em palestra proferida recentemente na Associação do Professor Senior da Faculdade de Medicina da UFMG, sobre minhas impressões do Sistema de Saúde de Cuba e, por ser a matéria de interesse geral, decidi preparar este artigo para a revista da APUBH.

Estive em Cuba, em viagem de sete dias, participando de delegação oficial do Governo do Estado. A viagem teve por objetivo conhecer o Sistema de Saúde daquele país, principalmente o programa de saúde da família e indústria farmacêutica e de outros insumos médicos, com vistas a possível intercâmbio técnico-científico e ao incremento na importação de medicamentos.

Inicialmente, quanto à disponibilidade de recursos materiais e humanos e a organização do sistema, chama, de imediato a atenção, a abundância relativa de médicos e outros profissionais de saúde, policlínicas e hospitais. São cerca de 300 mil trabalhadores de saúde, sendo 90 mil de enfermagem, 50 mil técnicos e 55 mil médicos, sendo 25 mil o número de profissionais com formação generalista e treinados para exercer funções de médicos de família. Em 1959, eram 6 mil médicos. Este número foi reduzido rapidamente pela metade com a emigração de 3 mil para os EEUU com a vitória da revolução. Atualmente existem 22 faculdades de medicina no país, preparando cerca de 4.500

médicos por ano. A relação de 1 médico para 200 habitantes é das mais altas do mundo. Há em funcionamento no país 275 hospitais com um total de 65 mil leitos. Praticamente todos são hospitais gerais, com recursos e serviços escalonados de acordo com os princípios de regionalização e hierarquização; todos dispondo de unidades de emergências para atendimento de pronto socorro, de comissões permanentes de óbito, de fármacos, infecção hospitalar e de ética.

A rede hospitalar funciona articuladamente, através do sistema de referência e contra-referência, oferecendo cobertura de nível terciário e quaternário à rede ambulatorial de nível secundário, constituída pelos chamados policlínicos. Esta rede ambulatorial dispõe de recursos humanos e materiais para o atendimento nas especialidades básicas, dando cobertura às equipes de médicos de família, que realizam, em todo o País, o atendimento primário à população, prestando os cuidados de atenção médica de caráter universal e igualitário a população em geral. Esse programa de atenção primária, baseado no médico de família, pela sua organização e os resultados apresentados, tem sido referenciado pela Organização Mundial de Saúde para os outros países. Os hospitais funcionam com indicadores de utilização dos leitos e de eficiência dentro dos padrões recomendados pela OMS e o atendimento primário - através dos médicos de família - apresenta alto grau de resolutividade, recorrendo aos níveis superiores em não mais que em 30% dos pacientes.

A rede de serviços médico-assistenciais de Cuba está estruturada de modo a assegurar um funcionamento de acordo com os princípios de regionalização e hierarquização, de integração institucional e de técnicas, universalidade de cobertura e igualitarismo de acesso e de técnicas de serviços.

Estes princípios vêm sendo recomendados já há algum tempo pela OMS e são comuns aos sistemas de saúde dos países que obtiveram os melhores resultados em termos de elevação dos níveis de saúde. Os melhores exemplos são a Inglaterra e os países escandinavos. No caso da Inglaterra, a despeito de dificuldades recentes, conforme estudos comparativos com o sistema de saúde dos USA, os resultados são bem superiores em termos de níveis de saúde. Seus indicadores de saúde são melhores, embora esteja consumindo cerca de US$ 1.000,00 per capita

por ano, aproximadamente 1/3 dos gastos dos USA e de ser sua renda per capita bem inferior à americana.

Estes princípios estão hoje incorporados em nossa Constituição de 1988, coerentemente com o princípio básico adotado: "Saúde, direito de todos e dever do Estado". A grande diferença reside no fato de que Cuba os colocou todos em prática na organização, na administração e no funcionamento de seu Sistema de Saúde, enquanto aqui eles permanecem como adorno de nosso texto constitucional, tendo servido pouco até aqui, 8 anos após, na implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), criado em lei, porém ainda em fase de implantação, apesar de esforços isolados de alguns poucos estados e municípios.

O Sistema de Saúde Cubano atende gratuitamente e universalmente à população do País, desde os cuidados primários prestados por médicos de família, empregando abordagem generalista e integral e funcionando como porta de entrada do Sistema, até os serviços de maior complexidade de níveis terciários e quaternários, com emprego amplo de tecnologia avançada, inclusive transplantes de órgãos.

São evidentes os bons resultados do Sistema Cubano: eliminação completa das doenças controláveis e redução a níveis baixos de mortes por causas evitáveis, ficando estas por conta de acidentes e doenças degenerativas e neoplásicas, tal como ocorre nos países do chamado 1º mundo. A mortalidade infantil é de 9, 4 e a expectativa de vida ao nascer está beirando os 80 anos (entre nós é em torno de 50 e 65 anos, respectivamente). Estes indicadores colocam Cuba bem adiante dos demais países latino-americanos e emparelhada com os países desenvolvidos de melhor padrão de saúde. As doenças transmissíveis tais como pólio, tétano, coqueluche, difteria, caxumba, sarampo, rubéola, raiva, malária, dengue e febre amarela foram totalmente extintas. Curiosamente, até os acidentes ofídicos foram eliminados. Soubemos que as cobras venenosas foram capturadas, com ampla participação da juventude incorporada às brigadas revolucionárias. Más línguas informam que as serpentes foram levadas para Miami.

Aspecto relevante que deve ser salientado está no extraordinário avanço da indústria de fármacos e de equipamento médico-hospitalar. A linha de produção de medicamentos alcança cerca de 1 mil produtos;

incluindo anti-parasitários, analgésicos, corticóides e até antibióticos de 3ª geração. A produção de equipamento vai desde o de uso corriqueiro, como aparelho de pressão arterial, até aqueles de tecnologia complexa como os de ressonância magnética. A indústria de fármacos trabalha com matéria-prima nacional - 25% européia e chinesa. A produção industrial, além de atender à demanda interna, tem-se expandido muito ultimamente visando à exportação. Nos campos de engenharia genética, em pesquisa e preparação de vacinas, em especial as vacinas contra hepatite, e mais recentemente contra AIDS, esta em fase de experimentação, Cuba se coloca ao lado dos países mais avançados do mundo. Tudo indica ser esta a alternativa adotada para compensar os efeitos do bloqueio econômico americano e a perda da ajuda soviética.

Consta que o país já está obtendo bons resultados com a exportação de produtos e de serviços médicos. Observamos que nos hospitais de Havana que visitamos, principalmente aqueles de nível quaternário, é apreciável o número de pacientes estrangeiros em tratamento. São países da América Central e do Caribe e até da Europa, como Espanha e os países atingidos pela radiação da Usina de Chernobyl (cerca de 6.000).

Tivemos uma grande e contraditória surpresa ao visitar o Instituto Pedro Couri, de doenças infecciosas. Ali são realizadas pesquisas sobre doenças infecto-contagiosas, inclusive AIDS, e são mantidos cerca de 30 leitos para pacientes com essas patologias na maior parte estrangeiros. Este Instituto é ainda designado, inclusive por seus dirigentes, de Instituto de Doenças Tropicais. Sentimos e apontamos para seus dirigentes a grande contradição: Cuba erradicou as doenças transmissíveis tidas como doenças tropicais, como malária, dengue, febre tifóide, febre amarela, etc. sem que nenhuma mudança tivesse ocorrido em seu clima e sem deixar de ser um país dos trópicos. O que ocorreu foi a eliminação da miséria e a criação de serviços preventivos e de atenção médica de boa qualidade e disponível a toda a população. Assim, destruiu o tabu de considerar doenças ligadas ao atraso e à miséria como geradas pelo clima. Há 40 anos, autores brasileiros como Samuel Pessoa e o nosso ilustre professor Amilcar Martins já se insurgiam contra esta expressão pelo seu caráter ideológico e a intenção implícita de gerar nos povos dos países tropicais o conformismo e acomodação às suas condições de vida. Além de apontar a contradição,

sugerimos fosse criado nas dependências do Instituto um Museu de "Doenças Tropicais", onde seriam expostos os estudos, as pesquisas, as técnicas, o métodos, as providências e os meios utilizados em Cuba para erradicar estas doenças.

De tudo que vimos, entretanto, o que mais me impressionou em Cuba, foram os aspectos ligados à economia da saúde. Conhecemos alguns dirigentes de serviços de saúde com formação básica em economia. Porém, diferença essencial salta aos olhos, se comparados aos economistas que conhecemos aqui. Eles não estavam ali para "fazer economia" ou reduzir despesas, conforme o sentido popular da expressão. Nem tão pouco para aplicar métodos ou critérios empresariais privados na gestão dos serviços, tais como princípios de eficiência, com análise de custo/benefício, das ações, em que os benefícios são medidos em termos de rentabilidade do capital ou de lucro, como se os serviços ou ações de saúde humana pudessem ser também assim considerados, de modo a justificar o emprego das leis de mercado na regência de um setor que lida, não com uma mercadoria qualquer, e sim com um bem de absoluta transcendência como a saúde humana. O economista cubano está ocupado em racionalizar custos e introduzir métodos administrativos visando a "eficiência" na utilização de recursos. Entretanto, em seus cálculos de custo/benefício estes últimos são avaliados em termos de resultados finais, como ampliação de cobertura, elevação da qualidade e melhoria dos níveis de saúde e de bem-estar da população. Ao invés de se ocuparem com cálculos complicados do custo de morte evitada, com propósito de cortar despesas, lá a preocupação é com o número de vidas perdidas, para justificar os gastos. Mesmo porque há um princípio maior de caráter humanista, que é muito respeitado: sempre que a racionalidade econômica não se adapta ou gera dificuldades na solução de um problema ligado à expansão ou ao aperfeiçoamento dos serviços de saúde, recorre-se a outra lógica chamada "ternura", que entra em cena no lugar da razão, e a questão é logo resolvida. Em termos práticos, parece ser assim que se utiliza a famosa e milagrosa receita do Dr. Guevara, cuja memória é muito cultuada em Cuba.

Em resumo, ao invés de submeter a saúde aos desígnios da economia, esta é que se subordina aos objetivos do setor saúde. O critério empresarial de eficiência foi abandonado em favor do princípio

da efetividade social.

Tudo isso segue uma diretriz política de governo muito bem expressa pelo ministro da Saúde, Carlos Dotrex, em entrevista que nos concedeu: "*En Cuba salud no es prioridad. Está acima de los planos, es uma obligación del Estado*". Quanto à atual crise econômica que o País enfrenta ouvimos do Dr. Gonçales, vice-presidente do Instituto Finlay: *"La crise economica del país pasa a largo del sisteme del salud"*.

Especial impressão causaram os dirigentes de serviços de saúde, com quem tivemos contato, de diversas formações básicas. Porém, com um ponto em comum: todos demonstraram possuir alto graus de adaptação, de preparação e de satisfação pessoal em estarem desempenhando aquelas funções; e assim como nas demais pessoas com quem nos relacionamos, notamos estarem possuídas de forte sentimento de dignidade pessoal e de orgulho nacional. Ao cumprimentar esses dirigentes, além de agradecer a atenção com que nos receberam, louvamos seu esforço e empenho em cuidar da administração e da "economia da saúde" do país; e intimamente senti e lamentei que nossos dirigentes, em especial os economistas, com raras exceções, acham-se muito mais preocupados com a "saúde da economia", aplicando e professando alguns dogmas já desmascarados e que deveriam estar fora de moda.

Temos que reconhecer que Cuba deu grande colaboração para desmascarar alguns desses dogmas. O primeiro deles é o de que o governo é por natureza incompetente para gerir serviços de saúde. Cuba, assim como a Inglaterra, Canadá, Suécia e alguns outros países da Europa, demonstra o contrário com os resultados de seu sistema de saúde. O segundo é seguramente o mais importante: refere-se ao princípio dogmaticamente aplicado e difundido pelo neoliberalismo, que afirma ser a saúde conseqüência do crescimento econômico e induz à crença de ser inútil investir em saúde, além do mínimo necessário ao atendimento das necessidades elementares da população, pois isso resultaria em desviar recursos econômicos dos setores considerados economicamente produtivos. Não consta ter ocorrido em Cuba crescimento econômico significativos para explicar os extraordinários avanços em seus indicadores de saúde. Seu PIB por habitante é inferior à metade do nosso e cerca de 13 vezes menor aos dos EEUU. Seus gastos anuais per capita em saúde, cerca de US$ 180, é 15 vezes menor que o americano e

2 vezes maior que o brasileiro, e equivalente a 10% do seu PIB, e está dentro dos padrões internacionais.

Finalmente, não resta dúvida que em Cuba a saúde efetivamente, na prática, é um direito de todos e um dever do Estado. O fato de ser considerada "acima dos planos econômicos e uma obrigação do Estado" nos parece explicar a "contradição".

Gostaríamos que a este princípio se acrescentasse também a expressão "e acima das ideologias" para desmascarar cabalmente este dogma, ainda tão respeitado em nosso País.



AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE 1996

A Crise na Educação

Documento preparado pela atual gestão da APUBH - S. Sind.

Ao assumirmos a direção da APUBH - Seção Sindical da ANDES, sabíamos da importância de termos um sindicato forte para fazermos face às necessidades de um mundo em transformação. A história já nos mostrou que foi a existência do movimento sindical em sociedades em rápido processo de desenvolvimento econômico que possibilitou conquistas para os trabalhadores. E, hoje, neste período de capitalismo "neoliberal", onde a reestruturação da sociedade e as mudanças nas relações de nosso mundo - o mundo do trabalho - alteram profundamente as regras do jogo democrático e o papel do Estado, exacerbando a exclusão social, mais importante se torna nossa organização.

A Universidade Federal Brasileira não poderia deixar também de expressar estas transformações que, hoje, caracterizam a vida nacional e compõem o que se expressa pela palavra "crise". Fala-se em crise econômica, apesar da estabilidade do real; fala-se da crise na política, apesar de termos eleições regulares; crise na saúde, apesar do enorme montante de dinheiro despendido pelo setor; crise na vida urbana e no campo, apesar das extraordinárias potencialidades do país. Não é de estranhar, portanto, falar na crise da educação.

Estas diferentes crises vão afetar a sociedade, sendo que a maioria delas apresenta possibilidades de solução rápida, dependendo de vontade política do governo. A crise da educação provoca apreensões maiores, pois se trata da área que determina a qualidade de vida da sociedade por um longo período. A insuficiência de hoje terá efeito ainda por muito tempo, afetando toda uma geração, da mesma forma que sua solução demorará a aparecer mas, acontecendo, terá seus efeitos refletidos sobre toda aquela geração.

Por isto, a crise da educação envolve questões essenciais, como o nível de vida de toda uma geração, o exercício da cidadania e as perspectivas de desenvolvimento do país. São temas que superam os limites de uma geração e as próprias fronteiras, pois tais aspectos se transformam em desafios urgentes. A falência que nos ameaça diz respeito à moeda mais valiosa no século XXI: o conhecimento. Um país que não dá prioridade à educação, à ciência e à tecnologia não terá autonomia para decidir sobre seus destinos e estará sempre condenado a posições cada vez mais subalternas na comunidade das nações, como assinala o Manifesto dos Cientistas do Rio de Janeiro.

Nesta crise se inserem as Universidades Federais. É uma crise que está trazendo alterações profundas para a organização da universidade, exercendo pressões sobre o seu desempenho, que vão entrando e entranhando no nosso cotidiano. Inicialmente, congelam-se os salários e diminuem-se as verbas para custeio e investimento. Professores e funcionários buscam uma saída conjunta a estes problemas. Sem conseguirem avanços significantes, inicia-se a busca de saídas individuais, estimulada por um Governo cujo projeto de universidade implica a quebra da solidariedade, o estímulo ao individualismo e à competitividade. Este projeto vem privatizando a universidade " por dentro", pois os profissionais, como forma de complementar seus salários e conseguir mais recursos para custear as atividades acadêmicas, vêm procurando vender seus serviços. Se, antes, a maior parte destes serviços fazia parte da extensão gratuita da Universidade, agora se converte em novas formas de obter recursos: diferentes cursos, projetos, consultorias, hospital das clínicas, hospital veterinário, aluguel dos auditórios das escolas, etc. Vai-se delineando o projeto de transformar as Universidades em Organizações Públicas não Estatais.

Quantas vezes ouvimos professores dizendo que não suportam mais o clima de competitividade que se instalou na Universidade, onde o que conta é o número de páginas geradas e publicadas em revistas nacionais e internacionais, o número de consultorias ou de recursos conseguidos para pesquisas. Mas, como quantificar o trabalho de formação da cidadania? E a pesquisa social? E as artes? E o ensino de graduação? O que não traz retorno financeiro ou de titulação vai perdendo seu valor.

Estes professores faziam da arte de ensinar a razão de suas vidas, faziam da pesquisa o meio para continuar inovando e melhorando a qualidade do ensino, buscando contribuir para o desenvolvimento de nossa sociedade, na busca de novas explicações para os fatos. Foram eles que, com esta postura, fizeram da UFMG uma Universidade reconhecida nacionalmente como de alta qualidade, uma Universidade produtiva socialmente. E por isto ela é dinâmica e está presente nas transformações de nossa sociedade. O número de professores que é chamado para participar em diferentes governos, para assessorar os diversos movimentos sociais, comprova esse fato.

É verdade que a dinâmica das mudanças sociais vinha exigindo transformações da Universidade. Entretanto, em lugar de promovê-las, o governo vem adotando políticas para desmoralizar a comunidade universitária, responsabilizando-a pela crise do Estado. O discurso moralista contra o serviço público tem sido o principal instrumento ideológico de busca de apoio da população ao projeto de reforma administrativa do Estado e ao projeto de autonomia da Universidade. Ambos representam a estratégia governamental para retirar do Estado a responsabilidade em relação ao financiamento do ensino superior. Foi essa mesma estratégia que garantiu o apoio para aprovar uma nova LDB antidemocrática, antipopular e centralizadora.

Nesta conjuntura, se insere o nosso trabalho sindical. Sabemos da necessidade e da nossa responsabilidade em procurar novas respostas aos problemas colocados pela globalização e pelo neoliberalismo para o movimento social, principalmente, sendo direção de um sindicato de professores universitários. Este sindicato, além de assumir os encaminhamentos das questões específicas da categoria, deve procurar contribuir com o movimento sindical mais amplo e com a sociedade para

encontrar as respostas exigidas pelo novo momento. Isto implica compreender que nosso papel não é só o de crítica, mas de construção. Somos responsáveis pela prática de nossa seção sindical, além de interferirmos nos rumos do sindicato nacional. Sendo um trabalho distinto do acadêmico, ele requer respostas rápidas e, por isso, temos que estar permanentemente refletindo e agindo, avaliando e reavaliando erros e acertos, sem cair no imobilismo.

Foi com este espírito que assumimos a APUBH-S.Sind. Procuramos estar abertos a novas sugestões, ser sensíveis a novas idéias. Tivemos, assim, um amplo consenso quanto à nossa prática neste primeiro ano de gestão.

NOSSO PRIMEIRO ANO DE GESTÃO

Quais são os parâmetros para avaliar nossa gestão neste primeiro ano? Necessário se faz elaborar uma metodologia que permita avaliar uma prática tão dinâmica quanto é a prática sindical. Enquanto esta metodologia não for produzida, o que fazer? De onde partir? Do programa proposto pela nossa chapa? Nosso programa foi muito genérico, limitando, portanto, a avaliação. Seria o caso de tomar como referência gestões anteriores? Por este caminho, teríamos duas vertentes: a análise quantitativa ou a qualitativa. A análise quantitativa nos levaria a fazer um levantamento estatístico, computando o número de assembléias, o número de professores presentes, número de debates realizados, atos públicos organizados, números de boletins, informativos, revistas, panfletos, grandes eventos, etc. Isso nos levaria a dizer que crescemos ou diminuímos em relação a períodos anteriores. O levantamento estatístico, porém, pode ser enganoso, se não se considerar as condições políticas de cada época. A análise qualitativa pode ser muito subjetiva. Depende do ponto de partida do analista e dos elementos teóricos que fundamentam sua análise.

Apesar da ausência de uma metodologia específica, procuramos examinar o instrumental estatístico como subsídio para uma análise que leve em conta a repercussão de nossos atos junto aos professores, junto à comunidade universitária, à sociedade e à *mídia*, tendo como pano de fundo a conjuntura atual, onde a desesperança, a apatia, o desânimo têm

predominado. Portanto, a questão é: conseguimos chegar até aos professores e até à sociedade com a nossa mensagem, sensibilizando-os para o que vem ocorrendo com a universidade?

Senão, vejamos:

1• Voltamos nossa atuação mais para a Universidade

a) O quadro político da Universidade, quando assumimos a gestão da APUBH-S.Sind., caracterizava-se, de um lado, pela desmobilização e, de outro, pela indignação. Iniciamos nosso trabalho em janeiro, fazendo contatos nas unidades, distribuindo textos informativos e analíticos para os departamentos, procurando, assim, trazer à tona discussões sobre a situação da Universidade, de seus profissionais e do Projeto do Governo. Adotando o "mote" "está ruim, mas não se acomode", procuramos sensibilizar os professores, realizando contatos em todos os espaços institucionais e também naqueles criados pelo sindicato. Estivemos presentes em quase todas as unidades, debatemos as idéias do movimento em reuniões de departamentos, de congregação, de grupos de trabalho. Só então, chamamos a primeira Assembléia Geral, em um esforço de integração ao movimento nacional. Conseguimos, assim, chegar até grande parte dos professores, mesmo àqueles que comumente não participam de nossas assembléias. Este esforço de mobilização nos trouxe reconhecimento e respeitabilidade, manifestando-se no crescimento da participação nas Assembléias Gerais. A primeira que convocamos contou com a presença de 99 professores. A participação foi progressivamente aumentando e culminou dia 16 de abril, com 276 professores assinando a lista de freqüência .

Nosso trabalho procurou contemplar as várias formas de mobilizações discutidas nas assembléias, desde as paralisações de 1 e 2 dias até a greve que durou 23 dias. Conseguimos fazer uma mobilização não só em defesa de nossos salários mas também em defesa da "Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade" que, desde a greve de 1992, não havia igual.

Um dos pontos altos desta mobilização foi o "Ato em Defesa da Universidade Pública", ocorrido na Assembléia Legislativa, no dia 28 de março. As manifestações se desdobraram em dois momentos: no período da manhã, no *hall*, fizemos uma exposição de trabalhos das diversas

unidades, além de duas palestras sobre a conjuntura econômica e política atual, discurso dos representantes da comunidade universitária, seguido da apresentação da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, regida pelo Maestro Sergio Magnani. Contamos com a presença de umas 2000 pessoas, dentre as quais se achavam estudantes, funcionários e professores. À tarde, tivemos uma sessão solene, no Plenário da Assembléia, em defesa da Universidade Federal de Minas Gerais, estando na mesa os representantes dos 3 segmentos da Universidade - funcionários, estudantes e professores - e o reitor.

Podemos identificar um outro avanço do nosso movimento na realização de uma Assembléia Universitária, quando promovemos um rico debate entre os três segmentos da comunidade universitária e o vice-reitor, do qual resultou a definição de possibilidades de atuação conjunta.

b) Dando continuidade a esta mobilização, desencadeamos, no segundo semestre, uma campanha em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, divulgando informações através da *mídia*, TV, *out-doors*, jornais e realizando debates públicos. Seu lançamento ocorreu em um ato público durante o Festival de Inverno, em Ouro Preto. Estiveram presente reitores e pró-reitores da UFMG e também da UFOP, o prefeito da cidade além da diretoria da APUBH-S.Sind. e da ADUFOP. Contamos também com a participação de diversos artistas, presentes no Festival de Inverno.

Encerramos esta campanha com um ato político cultural na Feira de Alimentação, no dia 9 de novembro, com a apresentação da Gerais Big Band, Coral da Escola de Música e Pandalelê além, obviamente, de um discurso político encerrando nossa campanha e convidando a população para se integrar à luta, que é de todos nós.

Desta campanha, ficou faltando afixar os "*art-doors*" - peças artísticas feitas por alunos e professores da Escola de Belas Artes - nas praças centrais de Belo Horizonte e no campus da Pampulha e da Saúde, o que já foi feito neste início do ano de 1997.

2• Continuamos nossa atuação junto ao Sindicato Nacional:

a) mantivemos nossa atuação nas atividades nacionais: participação nos Congressos, nos Conselho das Associações Docentes (CONAD), nos

encontros dos Servidores Públicos Federais e do setor, nos Grupos de Trabalhos. Procuramos estar sempre presentes na comissão de mobilização, que atua junto à Câmara subsidiando os parlamentares com informações, fazendo pressão e mantendo as Associações Docentes informadas sobre o andamento das votações e das atividades no Congresso.

b) procuramos trazer a atuação dos Grupos de Trabalho para dentro da UFMG, implementando os encaminhamentos definidos nos fóruns democráticos do movimento. Resultado: criamos o departamento dos aposentados, buscamos regularizar a situação da APUBH-S.Sind. junto à Central Única dos Trabalhadores, melhoramos nosso setor de comunicação visando maior autonomia em nossas publicações, mais regularidade em nossos meios de comunicação - revista, boletim e informativo - maior autonomia para elaboração de nosso material, contatos mais constantes com associados, parlamentares, entidades, etc. Além disso, a APUBH-S.Sind. participou ativamente da realização do I Congresso Nacional de Educação (I CONED), em Belo Horizonte, quando cinco mil pessoas se reuniram por quatro dias para discutir os problemas da educação brasileira. Além da presença efetiva de seus diretores na organização desse evento, a APUBH-S.Sind. contribuiu com recursos financeiros e participou da montagem da sua infra-estrutura e da sua administração.

3• Debates - Vários foram os debates organizados por nós, abertos a todos os interessados, mas cada deles um tendo um público alvo preferencial:

a) alguns voltados para os professores:

• **A Universidade, Ontem e Hoje** (dia 14 de março), início de nossa mobilização para sensibilizar os professores para atual situação da universidade, com os(as) professores(as) Margarida Luíza de Matos Vieira, Mauro Mendes Braga e Paulo Sérgio Lacerda Beirão (UFMG);

• **Autonomia**, no dia 9 de maio, com Roberto Romano (UNICAMP), Maria da Graça Nóbrega Bollman (UFSC) e Arthur Roquete de Macedo (UNESP);

• **Neoliberalismo, Globalização e Educação,** com Pablo Gentile (UERJ).

b) outros para os estudantes:

• **Conjuntura Econômica,** com o Prof. Hugo Cerqueira (UFMG);

• **O Neoliberalismo,** com a Profa. Vera Alice Cardoso Silva (UFMG), ambas no saguão da Assembléia Legislativa

c) **A Universidade e o Projeto Neoliberal,** Ciro Ferreira Gomes (ex-Ministro da Fazenda), em outubro, na Casa dos Jornalistas.

d) **A Crise da Universidade e o Movimento Sindical**, com o Prof. Edmundo Fernandes Dias (UNICAMP), voltado mais para os militantes da APUBH-S.Sind..

4• Atendimento jurídico. Diante da impossibilidade de conseguir qualquer ganho financeiro através de pressões junto ao legislativo e ao executivo, passamos a considerar fundamental reestruturar o Setor de Assessoria Jurídica. Para isto, investimos na melhoria deste setor. Temos hoje dois profissionais, sendo um responsável pelas ações de grande porte e o outro para assessorar a diretoria e atender aos filiados.

Ao assumirmos a APUBH-S.Sind., havia uma orientação da ANDES-SN para que as Associações Docentes entrassem com a ação judicial dos 28,86%, concedido aos militares. É assim que, já em março, entramos com os primeiros lotes de ações. Conseguimos ganhar a ação dos 12% para os aposentados; a venda das férias de 1995, conseguida pela Andes-SN e, agora, a venda das férias de 1996. Isto vem trazendo mais confiança do associado para com a atuação do sindicato nesta área.

5• Utilizamos todos os mecanismos que estavam ao nosso alcance para realizar o nosso papel: atender aos nossos filiados, possibilitando melhores condições de vida e trabalho e, assim, contribuindo para conquistar o exercício pleno de nosso direito de cidadania. Não poupamos esforços, atuando em todas as frentes: procuramos aumentar a mobilização dos professores e fizemos uma maior integração com os outros segmentos da comunidade universitária, exercemos pressão junto ao congresso, realizamos contatos com o Ministério da Educação e Desporto, Ministério da Administração e Reforma do Estado e outras Universidades, até procurar colocar notícias na imprensa, com matéria paga ou não, além da atuação junto ao judiciário, para garantir direitos já conquistados que, muitas vezes, são vitoriosos mas desrespeitados pelo Governo de Plantão (vide os 28,86%).

6• Além disto, temos várias propostas já em andamento, que devem ser melhoradas e aprofundadas, dentre as quais se acham:

• transferência da sede da APUBH-S.Sind. para o "Campus";

• regularização de nossa situação junto à CUT;

• participação em eventos técnicos-científicos, não como ouvintes mas participando de mesas, discutindo temas do movimento. Devemos procurar apresentar propostas de mesas para o III Congresso de Ciências Humanas Letras e Artes, ANPOCS e outros. Já o fizemos para a SBPC com o tema: Processo de Trabalho na Universidade, com a participação de Dirlene Marques, Beatriz Couto, ambas da UFMG, o Prof. Edmundo Dias da Universidade de Campinas e o Prof. Luis Umberto Pinheiro, da Universidade Federal da Bahia.

• desenvolver e aprofundar os debates iniciados em 1996;

• organizar atividades culturais - "Com lazer também se faz política" - cine clubes, *happy-hour*.

Acreditamos ter implementado a orientação proposta no início de nossa gestão, procurando trabalhar de forma mais próxima às unidades, envolvendo a população nas nossas lutas, sensibilizando-a, mostrando-lhe que as mudanças implementadas pelo governo não atendem os interesses das maiorias sociais.

Sabemos que as necessidade do momento são muitas. Mas sabemos que foram dados alguns passos importantes. E acreditamos que, este ano, avançaremos muito mais.



A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E SEUS IMPASSES NA ATUALIDADE

LUIZ UMBERTO PINHEIRO
Professor aposentado da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia

Este texto foi publicado anteriormente em **Caminhos 13**, *com o título: "Os Impasses da Universidade Pública Brasileira", quando foram feitas pequenas alterações em algumas passagens, visando adequa-lás às exigências editoriais. A discordância do autor com as modificações introduzidas, acrescidas de desnecessários erros de digitação, nos leva a essa nova reimpressão. Aos leitores e ao autor nossas desculpas pela indesejável redundância.*

Estimulado pelo convite da Associação Profissional dos Docentes da Universidade Federal de Minas Gerais (APUBH), desenvolvo neste artigo, idéias que tenho exposto, nos últimos 3 anos, em palestras e trabalhos escritos. Para isto tomo como ponto de partida cinco considerações:

1• A Universidade Pública Brasileira tem experimentado, nas últimas décadas, um processo crescente de esvaziamento, sucateamento e degradação, movido por políticas governamentais e ação deliberada das forças dominantes.

2• A maioria dos sujeitos universitários - professores, estudantes e servidores técnico-administrativos- na apreciação de quase todos os analistas da problemática universitária, defende o caráter público e democrático da Universidade Brasileira e almeja a autonomia e

qualidade da instituição.

3• A minoria dos sujeitos universitários está comprometida ideologicamente e no exercício da prática acadêmica com o caminho privatizante das Instituições de Ensino Superior. E assume componentes das chamadas políticas e ideologias neo-liberais, reproduzindo a cultura dominante impregnada de elitismo, individualismo, conformismo e perda dos laços de solidariedade.

4• Os sujeitos universitários, em seu conjunto, não têm conseguido reagir, nestes últimos anos, com a necessária e requerida contundência, às políticas, projetos e práticas que têm sido formuladas/desenvolvidas pelos governos e elites dominantes, com o sentido de aniquilar com o que se conseguiu conquistar de espaços públicos e democráticos na Universidade Brasileira.

5• A Universidade Pública Brasileira foi, nos últimos anos, conduzida a um perigoso distanciamento da sociedade, especialmente dos sujeitos sociais, que enquanto maioria, são penalizados pela histórica exploração, opressão e injustiça social, e, por outro lado, a uma também perigosa aproximação com o ilusório encantamento do mercado.

Decorrentes de tais considerações emergem, de imediato, duas questões fundamentais:

• que elementos explicativos articulam e determinam estas práticas?

• que caminhos estratégicos se apresentam para o movimento dos docentes, dos estudantes e dos servidores técnico-administrativos, no sentido de superar a crise da Universidade Pública Brasileira?

Pretendo, nos limites deste artigo, discutir apenas alguns elementos constitutivos das questões anteriormente explicitadas.

É do conhecimento dos sujeitos universitários que a atual problemática da Universidade Pública no Brasil não se constitui em uma simples crise, cuja conotação tem sido, pela repetição, banalizada: tampouco, não basta apenas a destinação de mais recursos para a Universidade, por mais necessária e fundamental seja tal alocação. Daí a necessidade de uma melhor compreensão dos elementos constitutivos da complexa e profunda crise da Universidade Brasileira e dos dilemas que se apresentam para os sujeitos universitários.

A Universidade Pública Brasileira, por mais que tenha conquistado

espaços democráticos e públicos pela prática dos seus sujeitos, de partidos políticos e movimentos sociais mais amplos, circunscreveu-se, de forma tensionada e em razão da autonomia parcial, nos limites do Estado Brasileiro, reconhecidamente autoritário e privatizado. Este, de forma centralizada e burocrática, manteve a Universidade Pública sob rédeas curtas, apesar das especificidades históricas adquiridas por esta instituição.

Nas últimas décadas as políticas dominantes, definidas por cima e decorrentes de determinados pactos sociais submissos, apontaram invariavelmente para o esvaziamento da Universidade Pública, como foi feito, mais rápida e violentamente, com o ensino público do primeiro e segundo graus em todo o país. Neste período, as elites dominantes, avessas ao caráter público, estabeleceram para as Instituições de Ensino Superior as chamadas "políticas negativas": escassez de recursos públicos, via Estado, para investimentos, manutenção, custeio, pesquisa, ensino, extensão, além do arrocho salarial. Tal situação chegou ao extremo neste governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), ironicamente um ex-professor universitário até bem pouco tempo referenciado e bastante homenageado pela "comunidade acadêmica", e que havia sido cassado, inclusive da Universidade, pelas forças políticas hoje suas aliadas, em razão de suas idéias críticas.

Em tal período, as políticas governamentais, diante da demanda crescente por ingresso no Ensino Superior, estimularam a proliferação das Escolas e Universidades privadas, que hoje suplantam em matrículas a Universidade Pública, especialmente no centro-sul do país.

Por não ser objeto deste artigo, deixo propositadamente sem resposta a seguinte indagação: por que as políticas governamentais, que anteriormente estimularam o aumento do número de Escolas Públicas de Ensino Superior, alteraram substancialmente este direcionamento?

A resposta ultrapassa a crise fiscal do Estado e a assimilação da ideologia neo-liberal privatizante a partir da década de 80.

Só recentemente, após tentativa frustrada no governo Collor, as forças políticas e sociais dominantes conseguiram articular entre elas e para elas, um projeto consensual de reestruturação do Estado e de redefinição do caráter e do papel das instituições públicas, particularmente da Universidade.

Em recente trabalho (1), ao citar uma qualificação política dada ao

governo FHC por Maria Vitória Benevides, afirmei como desdobramento: "O atual governo, fruto do projeto de centro à Brasileira que sempre cai nos braços da direita, conseguiu organizar condições políticas para, à sua maneira, reformar o Estado e especificamente a Universidade, sob o ideário que tem sido, de forma cansativa, chamado de neo-liberal. Os mesmos velhos inimigos do ensino público e gratuito e hoje, particularmente, da Universidade Pública, continuam no poder".

Tal projeto de reforma da Universidade tem como eixo o processo de fragmentação, elitização e privatização do que resta de público e comum na Universidade Brasileira. Ele estimula, na instituição, um espaço privilegiado para reprodução de componentes ideológicos, culturais, sociais e econômicos, constitutivos e orgânicos à nova ordem do capitalismo, em pleno processo de aceleração da globalização, que em crise reinicia um novo ciclo de acumulação, desigualdade, exclusão e exploração.

Desde a década de 1980, como desdobramento das "políticas negativas" governamentais e da incorporação na Universidade de componentes ideológicos então predominantes na nova ordem capitalista mundial, cresce, de forma insidiosa e veloz, o que tenho denominado de processo de privatização interna ou "por dentro" da Universidade Pública(2).

Na escassez de recursos públicos na Universidade, setores minoritários, estimulados por políticas prevalecentes, individualmente ou em pequenos grupos, separam-se do conjunto social dos docentes e submetem-se aos imperativos da nova lógica das relações diretas com agências financiadoras e com o mercado, na maioria das vezes sem nenhum controle social ou transparência pública, como se este fosse o único caminho. Institui-se a lei do "salve-se quem puder". Cresce na Universidade, a partir destas práticas, a lógica privatizante e a razão mercantil imposta pela nova ordem econômica, cultural e ideológica. É claro que entre estes setores minoritários há os que, mesmo adotando e reproduzindo o modelo de produção e difusão privatizados de conhecimento, tentam, no limite, resistir à influência cultural e ideológica da nova ordem.

O processo de privatização interna realiza-se ainda pela maior subordinação das práticas acadêmicas aos interesses privados, e a posse privada dos recursos financeiros e dos meios de trabalho, por indivíduos ou pequenos grupos, como se proprietários fossem dos bens adquiridos através de recursos provenientes de empresas, agências financiadoras e outras

instituições privadas ou públicas que, em última instância, destinam-se ao trabalho na Universidade Pública. Assim, equipamentos, laboratórios, bibliotecas, computadores, mobiliários, veículos, espaço físico, etc., adquiridos por recursos externos, deixam de ser referidos como da Universidade Pública e são nominados como pertencentes ao "Professor Fulano", pessoa física como se jurídica fosse. O acesso a tais meios ou instrumentos de trabalho não tem sido definido como direito dos estudantes, professores e servidores técnico-administrativos ao bem público, nem tampouco é regulado pela instituição pública ou pela vontade coletiva dos seus sujeitos.

Na escassez de bens públicos, o acesso dos que trabalham e estudam na Universidade Pública aos meios ou instrumentos de trabalho tem sido, na lógica da privatização interna, expressão unilateral da vontade particularizada daqueles que assumiram a posse privada desses bens que, repito, em essência são públicos. Além do mais, isto se passa no espaço institucional público mantido por recursos públicos do orçamento, em nome da Universidade Pública, cujo processo de trabalho que legitima a instituição continua socializado, isto é, repartido entre todos, mesmo que cada vez mais injusto e desigual. E os professores que realizam o trabalho no processo privatizado são contratados com recursos públicos para a realização de atividades públicas.

No processo de privatização interna a contratação de pessoal técnico-administrativo, auxiliares de pesquisa, professores para cursos de extensão, técnicos especializados para consultoria e pesquisadores, desde o recrutamento, supervisão, gestão e remuneração, deixa de ser atribuição institucional baseada nas normas constitucionais e legais, para efetivar-se como escolha particular e pessoal de um ou poucos docentes, como se fosse um negócio privado. Deste modo, podem ser constituídos atalhos para o não cumprimento dos requisitos públicos e legais, a exemplo do concurso ou seleção públicos, da licitação pública, da remuneração, etc., facilitando práticas de privilégios, apadrinhamentos, nepotismo e fisiologismo.

Neste processo de privatização e de subordinação ao mercado, muitos contratos de financiamento de pesquisas, consultorias, cursos de extensão, não têm a ver com os objetivos e o sentido da Universidade Pública de acordo com o mandato social conferido pela sociedade às Instituições Públicas de Ensino Superior. Muitas vezes as atividades financiadas, neste

processo de privatização, expressam interesses particulares internos ou interesses privados externos, além de evidenciar a vergonhosa prática da mercantilização do pensar e do conhecimento.

Em determinados Departamentos, Escolas ou Institutos, não há, neste processo de privatização, o mínimo de transparência pública ou de controle social sobre as negociações de professores com agências financiadoras, sobre a utilização e destinação dos recursos financeiros obtidos em nome e em razão também do prestígio da Instituição Pública. Enfim, todos estes procedimentos ocorrem como se fossem privados e não mais dissessem respeito: ao coletivo dos professores que responde pela prática universitária cotidiana dos Departamentos, Escolas ou Institutos; aos alunos que materializam no aprendizado um dos principais sentidos da Universidade; à sociedade que construiu e mantém a Instituição e paga o salário do pessoal; aos servidores técnico-administrativos contratados para um trabalho público e não privatizado ou particularizado; à instituição que teima em ser pública.

Em resumo, o processo de privatização interna caracteriza-se ainda por:

a) Privatização dos interesses, propósitos e objetivos, antes, no possível, definidos coletiva e socialmente;

b) Privatização do patrimônio público;

c) Privatização da cultura universitária acumulada na prática histórica do conjunto dos sujeitos universitários;

d) Maior vinculação, dependência e submissão da Universidade às leis e aos interesses imediatos do mercado(3).

A Universidade, como conjunto de práticas e saberes, tem também sofrido profundas modificações pelo que denomino processo de economização da vida universitária, que em termos resumidos assim tenho qualificado: "A economização da vida Universitária processa-se a partir da inserção da ciência como fator de produção, pelo papel do conhecimento e da educação nos processos produtivos, pela lógica do financiamento externo e a desresponsabilização crescente do Estado, pelos processos de privatização por dentro, pela razão mercantil e tecnocrática, pela excessiva concentração do movimento docente nas lutas salariais devido ao arrocho, pela atenção privilegiada dos alunos com o mercado de trabalho futuro, em razão do desemprego conjuntural e estrutural etc."(4)

O processo de privatização interna e de economização da vida universitária, tendo como pano de fundo a nova ordem do capitalismo, sob a égide do neo-liberalismo, tecendo uma forte articulação do econômico, da política, da cultura e da ideologia, tem promovido nas atuais circunstâncias da Universidade Pública Brasileira:

a) Maiores desigualdades entre os sujeitos universitários com incremento de privilégios, injustiças e limitação da democracia interna;

b) Lógica concentradora de recursos, dados, informações e de poder acadêmico em mãos de uma minoria, independentemente da qualidade do trabalho e da diferenciação do empenho produtivo. Isto culmina, muitas vezes, com o desenvolvimento de mecanismos autoritários e de pequenos feudos dentro de Escolas, Departamentos e Serviços Universitários;

c) A absurda lógica do produtivismo, meramente quantitativo, como valor. A quantidade numérica de trabalhos publicados e a produção em série de trabalhos repetitivos de um mesmo e antigo manancial de dados (arquivados durante muitos anos em computadores), repartidos de forma fragmentada em várias publicações, são hoje mais valorizadas que a apreciação do conteúdo e da qualidade do trabalho realizado. Nas avaliações que privilegiam a lógica do produtivismo na esfera do conhecimento, muitas vezes, perdem aqueles pesquisadores que persistem na Universidade "remando contra a maré" e desenvolvendo trabalhos sérios e de excelente qualidade;

d) A ampliação da competitividade, do individualismo, da fragmentação, da separação e das brigas fratricidas;

e) Perda da liberdade e autonomia no processo acadêmico, com a conseqüente fragilização do potencial reflexivo e crítico;

f) Esvaziamento do espaço público e expansão do espaço privado (5).

Assim, as portas da universidade vão sendo abertas para a reprodução da razão mercantil na esfera do pensar, da produção e difusão do conhecimento. As práticas socialmente compartilhadas que historicamente dão vida e movimento à cultura universitária se fragilizam. Os interesses privados sobrepujam os comuns e coletivos. A incorporação dos valores do mercado, neste atual contexto, tende a deslocar a reflexão crítica para o pensamento conformista, bem comportado e submisso, e a qualidade para o produtivismo quantitativo(6).

As políticas do Ministério da Educação e das agências oficiais de financiamento (CNPq, CAPES, etc.) têm estimulado na Universidade a lógica do produtivismo e valorizado excessivamente a mera titulação formal, destacando-se a de Doutor, como fim em si mesma, substituindo a avaliação de conteúdo dos trabalhos, dos programas, e qualificação dos docentes.

Este processo, que tem sido denominado de "doutorismo", estimula maior diferenciação salarial, separação, hierarquização e fragmentação do trabalho universitário desprezando-se a qualidade e competência. Tal lógica pode promover a indústria do doutorado com a facilitação da obtenção do título. Sabe-se que determinados cursos de mestrado têm sido precarizados para facilitar o mais rápido acesso ao doutorado. O número de doutores, e não a competência do trabalho dos professores e a qualidade dos cursos é que valoriza o programa de pós-graduação para o recebimento de mais recursos e prestígio acadêmico.

Da mesma forma, as políticas oficiais têm promovido uma verdadeira oposição, e não complementariedade, entre os cursos de graduação e os de pós-graduação. Define-se uma relação de "primo rico" (pós-graduação) com "primo pobre"(graduação). Na graduação, em contraste com a pós-graduação, faltam professores, material didático, equipamentos, laboratórios, bibliotecas atualizadas, campo de estágio e treinamento prático, etc.Cresce assustadoramente nos cursos de graduação o percentual de professores substitutos, portanto temporários, contratados precariamente. É também preocupante o irregular preenchimento de vagas de professores concursados da carreira docente por profissionais sem vínculos com a Universidade, geralmente contratados por grupos de pesquisas ou estudantes de cursos de pós-graduação, para o ensino de disciplinas na graduação.

As políticas de privilegiamento da pós-graduação e desqualificação da graduação podem provocar uma crescente tendência de professores apenas vinculados à primeira (primo rico) sem compromissos com a segunda (primo pobre). Afinal, a pós-graduação mais facilmente articula a lógica do produtivismo, o processo de privatização interna e a relação com o mercado. Nesta lógica perversa, em pleno processo de esvaziamento da Universidade, o ensino de graduação pode ser visto como um "peso morto" ou uma questão secundária desvalorizada. Daí é apenas um passo para a cobrança de mensalidade aos estudantes. Os inimigos do ensino

público e gratuito estão à solta requerendo a cobrança das mensalidades dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior.

O documento do Banco Mundial(7) sobre o ensino superior no Terceiro Mundo, publicado em inglês em 1994 e em espanhol em 1995, demonstra com clareza o que se articula para as Universidades Públicas nesse atual ciclo de predomínio do capitalismo em avançado processo de globalização.

O documento defende a necessidade de reformas no ensino superior nos países do Terceiro Mundo e aponta, entre outros, os seguintes caminhos:

1º- Estimular maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento das instituições privadas. Destaca também a expansão de instituições não universitárias.

2º- Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, entre elas, a participação dos estudantes nos gastos, e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados. Propõe a mobilização de maior volume de financiamento privado, cobrança de matrículas e mensalidades aos estudantes, e realização de atividades com geração de renda (cursos de breve duração para empresas ou particulares, contratos de investigação, serviços de consultoria, etc.). Defende como meta as instituições públicas alcançarem 30% das necessidades de recursos com financiamento não governamental.

3º- Redefine a função do governo no ensino superior.

O Banco Mundial, através deste documento, reconhece que nas últimas décadas tem havido diminuição do aporte de recursos orçamentários para as Instituições Públicas de Ensino Superior, um aumento da demanda por matrícula nas Universidades e queda na qualidade dos cursos. Então, de forma conclusiva, sugere a receita ao afirmar que o Ensino Superior não deveria ter maior direito ao uso de recursos fiscais, e a melhora da qualidade e o aumento da matrícula podem ocorrer com pouco ou nenhum aumento do gasto público.

À ideologia transmitida e as receitas prescritas para o Ensino Superior pelo Banco Mundial são orgânicas às políticas de ajustes econômicos sob ideário neo-liberal que têm sido impostas aos países do Terceiro Mundo pelas corporações financeiras internacionais e transnacionais, a destacar-se o próprio Banco Mundial.

Além disso, o Banco anuncia apoio técnico e financeiro para os paí-

ses que adotarem as estratégias básicas formuladas no documento.

As formulações e indicações do Banco são, no atual contexto mundial, portadoras de enorme influência nos países de Terceiro Mundo, em razão de:

a) Elevado grau de dependência e subordinação dos Estados Nacionais, no Terceiro Mundo, às corporações financeiras internacionais ou transnacionais, entre elas o Banco Mundial;

b) Forte vinculação das formulações com as predominantes cultura e ideologia da nova ordem capitalista, que dão ênfase à privatização, desresponsabilização do Estado e estreito relacionamento com o mercado, dentro do receituário que tem sido chamado neo-liberal. As propostas contidas no documento são uniformizadas em escala mundial, apesar das diferenças e especificidades dos países;

c) Pontos propostos pelo documento já estão sendo desenvolvidos na Universidade Brasileira: desresponsabilização do Estado, diminuição dos recursos orçamentários, estímulo às escolas privadas, diversificação das fontes de financiamento das escolas públicas, maiores vínculos com o mercado, privatização interna etc. Não há maiores conflitos entre as políticas do governo FHC para a Universidade e as propostas do Banco Mundial;

d) Em muitos países do Terceiro Mundo como o Brasil, que convivem com déficit nas contas públicas, e políticas econômicas de estabilização da moeda, as recomendações do Banco Mundial caem como uma "luva" para as políticas dominantes.

O conjunto dos processos até aqui discutidos, intimamente relacionados, provocam a retomada da idéia ilusória da Fundação, que como **forma administrativa**, é agora revestida da capacidade de resolver problemas estruturais e de fundo da Universidade Pública Brasileira. O apelo às Fundações não é novo; durante o regime militar tivemos uma outra onda, então estimulada pelos governos autoritários.

A retomada da idéia de Fundação, nos últimos anos, está vinculada: ao próprio conceito histórico, à desresponsabilização do Estado para com o financiamento da Universidade Pública, à fé ideológica na força e na capacidade do mercado de solucionar os problemas, à economização da vida universitária e ao processo de privatização interna(8).

Generalizou-se nos últimos anos, como uma onda, a proliferação de

Fundações internas às Escolas, Departamentos, Serviços Universitários, Institutos e Universidades. Muitos outros projetos estão na gaveta de grupos de professores ou instâncias dirigentes à espera de condições políticas propícias para a efetivação.

A idéia de Fundação neste momento tem se pretendido consensual e óbvia, como um único caminho ou parte de um pensamento único, como o que ocorre no campo político, em geral.

A Fundação, como forma administrativa, não se objetiva de maneira neutra e inócua em relação ao caráter público da Universidade. Ela, por seu caráter privatizante, articula-se ao processo de economização da vida universitária e da privatização interna, contribuindo para a transformação da possível Universidade crítica e produtora do conhecimento em uma Universidade de serviços, com o deslocamento da sociedade (e dos alunos) para o mercado (clientes).

Hoje, nas circunstâncias objetivas e subjetivas que se configuram na Universidade, nos desdobramentos e propósitos das políticas governa-mentais para com a Universidade, na dinâmica da reforma do Estado e serviços públicos, na prática das agências financiadoras e nos interesses de grupos minoritários dentro da Universidade, a idéia de Fundação vincula-se ao conteúdo da privatização. E assim tal forma administrativa adquire o sentido de reestruturar, organizar e impulsionar os processos ainda dispersos de privatização interna já em curso e estabelecer de forma mais direta a relação com o mercado.

Então, o conceito histórico de Fundação está, no presente, intimamente vinculado à ilusão de que esta forma administrativa irá captar suficientes recursos extra-orçamentários a partir de uma estimulante relação direta com o mercado. A história, porém, tem demonstrado a incapacidade do mercado e, particularmente, das empresas privadas, de suprir a Universidade com recursos necessários ao seu adequado funcionamento. Para isto basta uma olhada no passado e, no presente, na relação do mercado com a esmagadora maioria das Fundações existentes na Universidade Pública Brasileira e mesmo nas Escolas ou Universidades privadas. Os interesses das empresas são imediatos e localizados em alguns setores ou grupos específicos de pesquisa, consultoria ou cursos, além, é óbvio, o de alterar o mandato social da Universidade Pública.

É importante, também, desmistificar a idéia de autonomia que freqüentemente é associada à Fundação. Na realidade aqui analisada, o

conceito de autonomia essencialmente político e público é confundido, no espectro das Fundações, com o conceito de livre iniciativa, originariamente econômico capitalista e privado(9). Então, na crise profunda da Universidade Brasileira, a retomada da idéia de Fundação confunde-se com o descomprometimento com o caráter e sentido públicos da nossa Universidade, com a maior subordinação ao mercado, com o imediatismo, o pragmatismo e o esvaziamento da capacidade reflexiva socialmente construída em liberdade.

Em resumo, as Fundações internas na Universidade Pública no Brasil têm revelado:

a) Maior vinculação e dependência aos interesses do mercado;

b) Predomínio de respostas aos interesses privados externos e particularizados internamente;

c) Privilégio da razão mercantil, da venda de serviços e contratos de pesquisas;

d) O controle por poucos indivíduos das estruturas de poder e o incremento de feudos;

e) Em grande parte, ausência de controle e transparência públicos;

f) Frequentemente, a constituição de formas de "autonomismo", separação ou perda de solidariedade coletiva com o conjunto da Universidade Pública em crise;

g) Tentativas de se driblar os controles públicos, os direitos iguais e democráticos, a exemplo do concurso público, das licitações públicas, da isonomia salarial etc. Muitas vezes as Fundações são alimentadas pela idéia de complementação salarial, ganhos extras, remuneração por tarefas, geralmente para poucos indivíduos e definidos "autonomamente".

Os processos outrora conceituados como de extensão universitária para a sociedade estão também, em muitos lugares, sendo confundidos, nesta redução "moderna" da Universidade para "universidade de serviços", com verdadeiros "caça-níqueis" na elaboração em série de cursinhos pagos, de assessorias e consultorias contratadas, de cobrança no atendimento médico, psicológico, odontológico, farmacêutico etc, obviamente alterando radicalmente a clientela, e não mais importando os direitos adquiridos historicamente pelas massas trabalhadoras e camadas populares.

Denúncias veiculadas em debates já indicam em um ou outro lugar a

fusão no mesmo curso de disciplina de pós-graduação de alunos públicos devidamente matriculados na Universidade e técnicos de empresas inscritos nos pequenos cursos vendidos ao setor privado. Obviamente, o conteúdo da disciplina acaba se adequando aos interesses de quem paga diretamente. Assim, curso de pós-graduação que deveria ser público e gratuito, é transformado numa atividade privada, com remuneração para a Escola ou Instituto e para o professor que aceita esta vergonhosa transmutação. É claro que os interesses da empresa que paga e dos técnicos por ela encaminhados não são necessariamente pelo sentido do curso que deveria ser de pós-graduação.

Ainda em relação a essa crescente confusão do espaço público com o privado, ou de se apagar os limites ou fronteiras entre o público e o privado, o que afinal, na realidade brasileira, tende para a destruição do que é público, ou melhor, a utilização do público pelo privado, podem ser citados vários exemplos que têm sido referidos em diferentes encontros sobre a Universidade Brasileira. Destaco um deles: na Universidade Federal da Bahia foram apresentados ao Conselho Universitário, na forma de proposta de Resolução, critérios para a prestação de serviços remunerados pela UFBA e sobre a destinação das taxas cobradas(10). No art. 4º diz textualmente:

"Os professores em regime de 40 horas e de dedicação exclusiva podem participar de atividades pagas e por elas serem remuneradas desde que a carga horária destinada a essas atividades não ultrapasse 8 horas semanais e tenham sido previamente aprovadas pelo Departamento."

O mesmo dispositivo é estendido "democraticamente" para os servidores técnico-administratitivos em regime de 40 horas, desde que não exceda 5 horas semanais.

Ninguém precisa ser *expert* ou futurologista para prever o que esta Resolução acarretará, caso seja aprovada. Se hoje, não existindo formalização, grupos minoritários de professores no espaço físico da Universidade Pública, usando material público, em horário contratual de trabalho público, no processo de privatização interna e no de Fundações internas já são remunerados por agências financiadoras e empresas privadas em muitas horas semanais, imagine-se o que ocorrerá com esta regulamentação.

Felizmente, assembléias do Sindicato dos Professores Universitários e plenárias de alguns Departamentos têm se pronunciado com firmeza

contra este absurdo.

Além de tudo isto imagine-se a extensão, por isonomia, deste "direito privado" para todos os outros servidores públicos, nos serviços de Saúde Pública, nas Escolas Públicas do 1º e 2º graus, com médicos e professores utilizando as dependências físicas das instituições públicas para, respectivamente, realizar consultas e aulas privadas. Do mesmo modo o funcionário do Banco do Brasil poderia ter o "direito" a um dia na semana para trabalhar dentro do próprio Banco para o Bradesco, o Unibanco etc.

Por certo haverá quem queira justificar todas as práticas que estão se desenvolvendo no processo de privatização interna e submissão ao mercado, com a desculpa da inexorabilidade (somente para eles) do caminho único a que todos devem se submeter nesta nova ordem do capitalismo globalizado e do reinado do mercado. Só não terão a coragem de explicitar que tais práticas só servem para uma minoria e são geradoras de intensas desigualdades, privilégios, injustiças e exclusão.

Além do mais, estas práticas privatizantes já em andamento corroem a Universidade e a fragilizam na urgente reação contra o pior - os projetos de reforma administrativa e de reforma da Universidade elaborados pelo governo FHC e já em tramitação. A crítica aos processos privatizantes localizados e em curso na Universidade tem o sentido de despertar a consciência sobre os efeitos destrutivos na cultura universitária, as mudanças nas relações sociais no trabalho universitário, a perda do caráter público, democrático e crítico da Universidade e a fragilização dos compromissos sociais e éticos. O que hoje ocorre é apenas uma pequena demonstração do que virá em larga escala com os projetos do governo - das "organizações sociais", da "autonomia" etc - que apontam claramente para a crescente desresponsabilização do Estado e a privatização das Instituições de Ensino Superior.

Estamos todos cansados de saber que no Brasil, a Universidade Pública funciona bem melhor que as privadas. Mesmo quando esvaziada e sucateada pelas políticas governamentais, a Universidade Pública mantém a superioridade qualitativa na produção de conhecimentos, no desenvolvimento técnico e tecnológico, na reflexão crítica, na criação, nas manifestações culturais, no compromisso social, na formação de técnicos e profissionais etc. E, de forma definitiva, a Universidade Pública supera

as privadas no caráter democrático, de justiça e igualdade social, e nas possibilidades da liberdade.

A privatização da Universidade Pública no Brasil encerra, no mínimo, uma razão cínica.

Na era Collor, quando poucos sujeitos universitários sustentavam a resistência ativa contra as ameaças e tentativas do governo de privatização institucional da Universidade, então já esvaziada, isolada e fragilizada, eu afirmava que a nossa luta maior contra o projeto de privatização do governo passava necessariamente pela luta contra a privatização interna já existente. Falávamos de uma possível privatização vindo de fora da Universidade quando desconhecíamos o processo de privatização que já se desenvolvia por dentro, estimulada pelas "políticas negativas" do Estado, pela cultura dominante, pela força do mercado e por agências financiadoras. E, ainda mais, tal projeto de privatização interna nos fragmentava, nos separava e nos fragilizava.

De novo, nesse momento, estamos lutando contra a implantação da Reforma Administrativa do governo FHC (Presidente que reorganizou no poder os velhos e novos inimigos da Universidade Pública), a qual temos denunciado como privatizante, aniquiladora da Universidade Pública, cerceadora da liberdade e autonomia na Instituição Universitária. Mais uma vez, parece que muitos estão desconhecendo o crescimento, por dentro da Universidade, de uma insidiosa "reforma administrativa" sob a forma de: múltiplas e variadas Fundações; substituição da autonomia pela livre iniciativa; modificações nos planos de salários a partir de remunerações complementares localizadas, pagas por agências financiadoras (públicas ou privadas) e empresas privadas; alterações nos planos de carreira através de incorporação de pessoal sem concurso público; terceirização; atividades de ensino por profissionais sem vínculo com a carreira universitária; crescimento exacerbado de professores substitutos; dupla militância no pertencer, no mesmo espaço e tempo, à Universidade Autárquica e a alguma Fundação interna; diferentes processos na aquisição de financiamentos e bens materiais etc.

Estas reformas em curso também fragilizam a Universidade.

Que diferenças substantivas existem entre, de um lado, a ideologia privatizante, elitista e de desresponsabilização do Estado, contida no pro-

jeto das "organizações sociais"/ "autonomia" do Ministro Bresser e no Projeto de Reforma Universitária do Ministério da Educação - ambos do Governo FHC - e, de outro, a ideologia e os propósitos hoje predominantes no processo de privatização por dentro, nas Fundações e nas mudanças "administrativas" já em curso?

Para ser ainda mais provocativo, diria simbolicamente: assim como "Collor" na época estava também dentro da Universidade, "Bresser, Paulo Renato e Governo FHC" não estão somente fora, já estão reproduzidos dentro da Universidade. Em síntese, a luta contra a privatização da Universidade Pública é indissociável da luta contra a privatização interna já em andamento. Uma tem a ver com a outra: a privatização interna em curso favorece o processo global e generalizado de privatização pretendido pelo governo.

Na última greve na Universidade Brasileira, no 1º semestre de 1996, observamos, pelo menos na Bahia, Escolas e Departamentos deliberando isoladamente não participar do movimento, desconhecendo o foro máximo de decisão do Movimento Docente - a Assembléia Geral. Evidenciou-se um "autonomismo" de segmentos docentes em relação ao conjunto do movimento. Em diferentes Estados a suspensão das atividades dos Professores concentrou-se no curso de graduação. Em muitos programas de pós-graduação, de pesquisas e de extensão, os professores não aderiram à greve. Alguns professores no Comando Nacional de Greve sugeriram como hipótese, para melhor avaliação e comprovação, que os focos de maior resistência à greve e contrários às lutas do Movimento Docente estavam localizados nas Instituições e espaços Universitários onde se desenvolvem mais fortemente a incorporação ideológica ou a prática dos processos de privatização interna, de proliferação de Fundações e de maior dependência ao mercado e às agências financiadoras externas. Insinuou-se também que "as novas formas de lutas", tão repetidas e cansativamente apregoadas, nestes últimos anos, pelos arautos da "modernidade" para substituir a greve, estão mais vinculadas às "novas" negociações com os "novos patrões" (mercado, empresas, agências financiadoras etc.) no processo de economização da vida universitária e de privatização, do que com a renovação das práticas de lutas no sentido de adquirirem maior combatividade, consistência, força e poder de pressão junto ao Estado.

O fato é que as chamadas "novas formas de lutas" só aparecem

quando da votação da greve e até hoje, pelo que se sabe, não foram explicitadas, resumindo-se apenas ao enunciado.

O importante para se analisar é a emergência e o crescimento de núcleos de professores bem minoritários mas, diante do marasmo e apatia, com influência e poder acadêmico. Muitos são vinculados diretamente aos processos privatizantes que anteriormente discutimos, defendendo, neste momento de tamanha crise na Universidade, uma cadeia vergonhosa de elos de capitulação e irradiando a ideologia dominante. Esta cadeia de elos de capitulação se explicita no discurso e na prática política:

a) Contra a greve como forma de luta;

b) Desqualificação do sindicato como mecanismo de organização. Isto não pode ser confundido com as necessárias críticas existentes no Movimento Docente em relação a determinadas práticas e políticas sindicais, envolvendo problemas na representação e na participação democrática;

c) Tentativas de ridicularizar o movimento coletivo e de massa;

d) Não reconhecimento da assembléia geral como instância de deliberação;

e) Tentativa de desmoralizar o confronto do movimento com as políticas governamentais;

f) Aposta no processo de despolitização do movimento dos sujeitos universitários;

g) Cooptação de lideranças estudantis;

h) Submissão à nova/velha ordem do capital globalizado, do reinado do mercado e ideologia neo-liberal.

Torna-se urgente repensar coletivamente o movimento dos sujeitos universitários em razão de mudanças objetivas e subjetivas que estão se desenvolvendo no espaço universitário em nosso país. Estamos enquanto sujeitos sociais, particularmente na categoria docente, divididos, separados e fragmentados por muitos dos processos que vêm ocorrendo na Universidade Pública Brasileira, alguns já analisados neste texto. Estes processos têm nos fragilizado e nos colocado na defensiva frente a múltiplos ataques.

Citaremos resumidamente algumas das questões geradoras da fragmentação e separação:

a) Diferentes regimes de trabalho (20 horas, 40 horas, dedicação ex-

clusiva) que no presente têm maior interferência nos vínculos com a Universidade e na sustentação econômica dos docentes;

b) Forte hierarquização e divisão pela titulação formal, principalmente no endeusamento do "doutorismo" que tudo pode (inclusive um enorme diferencial na remuneração e na exclusividade na obtenção de bolsas), e a destituição progressiva de direitos e do reconhecimento dos que, como maioria, não têm o título de doutor, independentemente da competência e qualidade da prática acadêmica;

c) A maior ou menor inserção na graduação ou na pós-graduação;

d) A existência de vínculos objetivos e aderência subjetiva ao processo de privatização interna, com incorporação da ideologia privatizante e de subordinação ao mercado;

e) A grande diferença de remuneração, particularmente considerando os de dedicação exclusiva, entre a maioria de professores que trabalha eticamente de acordo com o contrato com a Universidade Pública, cuja remuneração total é expressa no comprovante de vencimentos ou contracheque, e os que têm no contracheque a expressão de um complemento à remuneração principal, em termos quantitativos, recebida a partir de trabalho universitário para empresas privadas/agências financiadoras e na venda de serviços universitários;

f) A fragilização dos laços de solidariedade e de coesão que vem ocorrendo mundialmente com a classe operária e diferentes categorias de trabalhadores processa-se também com os sujeitos sociais universitários, ressalvadas as diferenças e especificidades.

Este corte, esquemático e resumidamente descrito, abre possibilidades, quando melhor desenvolvido, de compreensão e superação de determinadas dificuldades na ação conjunta da maioria dos docentes, e na participação ativa e efetiva de alguns segmentos. Entretanto apontamos no texto, sem ilusões, a existência de dois grandes pólos fundamentais que aglutinam muitos dos sujeitos sociais universitários e que hoje se contrapõem na Universidade: a maioria (fragmentada, separada) que pratica e defende a Universidade Pública, gratuita, democrática e de qualidade, e os que praticam e defendem os processos privatizantes, portanto facilitadores e aliados da política governamental.

Precisamos entender que a privatização da Universidade Pública não

se dá a partir de um único ato externo, como ocorre com a venda da propriedade das estatais nos leilões oficiais. A privatização objetiva-se na Universidade por compromissos e prática dos sujeitos universitários, mesmo que coagidos e forçados por medidas legislativas e do poder executivo.

A questão conflitiva do público e do privado na Universidade Brasileira é fundamental e precede muitas outras questões. A relevância da discussão da autonomia, da liberdade e da democracia na amplitude que requeremos, só tem sentido e possibilidade de concretizar-se na Universidade Pública.

Entre estudantes, professores e os técnico-administrativos há (pelo individualismo, descrença na ação coletiva, fragmentação) contingentes significativos apáticos e silenciosos, mas com possibilidades objetivas de adesão ou aglutinação em torno da defesa da Universidade Pública e conquistas na qualidade e autonomia. É básica a ampliação de alianças e articulações em torno dos princípios fundamentais do movimento dos sujeitos universitários. Para isto é fundamental a unidade da ação da ANDES, UNE e FASUBRA, no sentido de articular e mobilizar de forma coesa a maioria dos sujeitos universitários.

Estamos cansados de saber que os enunciados de bandeiras de lutas e os slogans não são suficientes para superarmos as dificuldades de mobilização dos sujeitos universitários. Assim como têm limites estreitos os encaminhamentos burocráticos das decisões de Conselhos e Congressos das entidades. É requerido um amplo processo de discussão conjunta que de fato envolva significativas parcelas da maioria dos sujeitos universitários. Somos convocados, pela atual dinâmica, a travar, a partir de dentro da Universidade, uma corajosa luta política e ideológica.

Um processo de reflexão crítica, significantemente ativo, coletivo e profundo, será capaz de atualizar e renovar formulações e práticas organizativas do movimento social dos sujeitos universitários na defesa da Universidade Pública, gratuita e democrática, e na conquista da autonomia e da qualidade.

No espaço da Universidade, movimento que recusa a reflexão crítica sobre suas próprias práticas e a formulação criativa e inovadora sobre a própria Universidade, nega a própria essência de ser **sujeito** universitário. E ainda mais, no terreno da Universidade - locus do pensar, da reflexão crítica, da produção do conhecimento e da criação - para se sacudir o marasmo e a apatia, só um vigoroso processo de agitação cultural, dentro e a partir da Universidade, capaz de alcançar o espaço público da sociedade.

O prolongado silêncio dos sujeitos universitários frente às grandes questões e problemáticas da esmagadora maioria do povo brasileiro fragiliza a credibilidade e a legitimidade da Universidade, além de insinuar cumplicidade com as práticas dominantes. A problemática política, ideológica, social, econômica e cultural da sociedade brasileira perpassa o cotidiano da vida universitária. Não há conflitos e separação originários no sentido conceitual da Universidade do que chamamos de temática geral da sociedade e temática específica da Universidade.

A sociedade brasileira, na dinâmica dos conflitos e contradições das classes sociais, confere mandato social à Universidade Pública , que inclui a reflexão crítica sobre a própria realidade contraditória. O perigoso distanciamento da sociedade a que foi levada a Universidade, nestes últimos anos, especialmente da maioria oprimida, explorada e excluída, requisita uma tematização e análise mais aprofundada para a sua superação. Permanece o desafio da (re)construção de uma competente e criativa relação com a sociedade que dá sentido à Instituição.

A luta para reverter a política de arrocho salarial, a reforma administrativa, as políticas de sucateamento dos serviços públicos e os projetos neo-liberais de privatização, obviamente deve ser travada pelo conjunto dos servidores públicos federais. É imprescindível a ação comum e unitária destes servidores. Por outro lado, a luta fundamental para a reviravolta da Universidade Pública no sentido das conquistas democráticas, da autonomia, da qualidade, da capacidade criativa e crítica,deve ser obra dos sujeitos universitários. Afinal, não se trata apenas de resistir ao desmonte da Universidade Pública, mas também da reconstrução da Universidade que queremos. Assim, não encontramos na realidade a contradição entre **os dois momentos**, como tem surgido na cabeça de muita gente como uma falsa dicotomia. Os movimentos se completam e se reforçam, não se opõem.

Acredito na possibilidade dos sujeitos universitários desencadearem um movimento mais **combativo e decisivo,** articulado às forças vivas e democráticas da sociedade, para confrontar as políticas hoje dominantes e superar a crise da Universidade, pelo caminho do caráter público, da autonomia, da qualidade e da liberdade.

Por isso, para finalizar, quero mais uma vez enaltecer aqueles que na Universidade, com dignidade e coerência, de alguma forma e no possível,

têm resistido à nova/velha ordem do capitalismo, denominado por alguns de "modernidade" assentada nos pilares do capital globalizado e do mercado integrado e que não tem tido a capacidade de esconder a ampliação das desigualdades, a violenta exclusão, a barbárie, a degradação ética e a vergonhosa capitulação de muitos intelectuais aos interesses dominantes.

NOTAS

1. O trabalho referido no texto de minha autoria foi publicado em Textos 4 APUB (Associação dos Professores Universitários da Bahia),Salvador, 1996: Pinheiro, Luiz Umberto - Crise da Universidade Pública Brasileira e as Fundações Internas. E a citação de Maria Vitória Benevides está no artigo publicado na Folha de São Paulo, 17/03/94: A Candidatura FHC e a "Vez do Centro".

2. Inicialmente desenvolvi a discussão sobre privatização interna na Universidade em dois trabalhos:"No presente, com o valor do subjetivo, há opção? A crise da Universidade Pública" e o segundo, como transcrição de minha participação na mesa-redonda:"Processos de Privatização na Universidade Pública Brasileira".Os dois trabalhos estão publicados na Coletânea que organizei, intitulada: "Crises e Dilemas da Universidade Pública no Brasil". Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

3. Pinheiro, Luiz Umberto: No presente, com o valor do Subjetivo, há opção? A crise da Universidade Pública, op.cit.

4. Pinheiro, Luiz Umberto: Crise da Universidade Pública Brasileira e as Fundações Internas, op.cit.

5. Ver os dois textos de minha autoria anteriormente citados.

6. Ídem.

7. BANCO MUNDIAL - La Enseñanza Superior. Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington,D.C. EE.UU. 1995.

8. Discussão mais sistematizada sobre as Fundações Internas na Universidade Pública Brasileira, encontra-se no artigo: Pinheiro, Luiz Umberto - Crise da Universidade Pública Brasileira e as Fundações Internas, op.cit.

9. Ver Aquino, Romélio - Sobre a Reestruturação da Universidade Brasileira,mimeo,s.d.

10. Universidade Federal da Bahia - Conselho Universitário: Projeto de Resolução:Estabelece critérios para a prestação de serviços remunerados pela UFBA e sobre a destinação das taxas cobradas. Sala dos Conselhos da Universidade Federal da Bahia, em 12 de janeiro de 1996.



NAVEGAR É PRECISO

Globalização, territorialidade, produção e pós-graduação são as temáticas selecionadas neste "Navegar". Pertinentes como se poderá ver.

"A globalização tende a desenraizar as coisas, as gentes e as idéias. Sem prejuízo de suas origens, marcas de nascimento, determinações primordiais, adquirem algo de descolado, genérico, indiferente. Tudo tende a desenraizar-se: mercadoria, mercado, moeda, capital, empresa, agência, gerência, Know-how, projeto, publicidade, tecnologia. A despeito das marcas originais, da ilusão da origem, tudo tende a deslocar-se além das fronteiras, línguas nacionais, hinos, bandeiras, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. Aos poucos, predomina o espaço global em tempo principalmente presente".

(...) "Assim se desenvolve o novo e supreendente processo de desterritorialização, uma característica essencial da sociedade global em formação. Formam-se estruturas de poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentradas, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação. Estão presentes em muitos lugares, nações, continentes, parecendo flutuar por sobre Estados e fronteiras, moedas e línguas, grupos e classes, movimentos sociais e partidos políticos. "O conceito de desterritorialização aplica-se não apenas a óbvios exemplos como corporações transnacionais e mercados monetários, mas também a grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos que atuam

crescentemente em moldes que transcendem fronteiras e identidades territoriais específicas. A desterritorialização tem afetado as lealdades de grupos envolvidos em diásporas complexas, suas manipulações monetárias e outras formas de riqueza e investimento, bem como as estratégias de Estados. O debilitamento dos vínculos entre povo, riqueza e territórios, por sua vez, tem alterado a base de muitas interações globais significativas e, simultaneamente, põe em causa a definição tradicional de Estado"[4].

A desterritorialização manifesta-se tanto na esfera da economia como na da política e cultura. Todos os níveis da vida social, em alguma medida, são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência. As relações, os processos e as estruturas globais fazem com que tudo se movimente em direções conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias".

(...) "Em lugar da sociedade nacional, com os seus dilemas e as suas perspectivas, a sociedade global, com os seus dilemas e as suas perspetivas. Mas o daqui não são precisamente os de lá. Na era contemporânea, as realidades e os problemas nacionais mesclam-se com as realidades e os problemas mundiais. O contraponto singular, particular e universal desenvolve-se em outros movimentos, compreendendo outras mediações; ao mesmo tempo que recria os movimentos e as mediações constituivos das formações nacionais. "Esta nova ênfase no fenômeno da transnacionalização social é, em parte, o resultado da dramática globalização de teias de todos os tipos, ocorridos na última década. Estes vínculos globais vão do sistema bancário internacional, sistemas de mercados, interdependências econômicas e militares, migrações políticas e de trabalhadores, regulamentos e padrões internacionais, intercâmbio de intelectuais e informações, tratados multilaterais, corporações multinacionais, fluxos de energia e tecnologia, até aos movimentos missionários, meios de publicidade e à cosmopolitização da cultura da classe média consumidora"[2]. *Ianni, O. 1996*

(...) "A interpelação da universidade no sentido de participar activamente no desenvolvimento tecnológico do sistema produtivo nacional tem vindo a ser formulada com cada vez maior insistência e traduz-se em duas problemáticas principais: a da natureza da investigação básica e a das virtualidades e limites da investigação aplicada nas universidades.

A natureza da investigação básica tornou-se problemática nos últimos trinta anos, quer porque os seus custos aumentaram exponencialmente, quer porque a conversão progressiva da ciência em força produtiva acabou por pôr em causa a própria validade da distinção entre investigação básica e aplicada. A questão dos custos agravou-se nos anos setenta com a crise financeira do Estado e com a multiplicação dos centros universitários de investigação, básica, que fora até então pensada como solução e contabilizada como benefício, passou a ser pensada como problema e contabilizada como custo. As manifestações desta inversão foram várias. Em primeiro lugar, as grandes empresas multinacionais, transformadas em agentes económicos privilegiados da nova ordem económica internacional, criaram os seus próprios centros de investigação básica e aplicada e a excelência dos seus resultados pôde rivalizar com os dos centros universitários, dotados de maior flexibilidade e isentos dos "vícios da universidade", especializados em áreas de ponta (novos materiais, biotecnologia, inteligência artificial, robótica, energia) e disponíveis para articulações de diferentes tipos e graus com os centros universitários. Em terceiro lugar, o Estado procurou seleccionar as universidades e os centros de investigação com maior capacidade de investigação e concentrar neles os recursos financeiros disponíveis"[3]. *Santos, B. 1997*

"No Brasil, entre os pós-graduados, um número apreciável candidatou-se à pós-graduação simplesmente porque a legislação tornou os títulos de Mestre e de Doutor obrigatórios para haver avanço e estabilidade na carreira acadêmica, ou mesmo para ingresso no corpo docente das universidades, como é o caso das estaduais de São Paulo. Também não é pequeno o contingente de estudantes para os quais a pós-graduação é uma condição de sobrevivência econômica, já que as bolsas de estudo, apesar de pequenas, ainda conseguem ser mais atraentes do que os empregos existentes no mercado de trabalho. Até há pouco tempo também era usual o encontro de docentes universitários não titulados que procuravam permanecer o máximo possível em cursos de pós-graduação a fim de retardar a volta às suas instituições de origem, onde os esperava

um trabalho de docência que não pareciam dispostos a enfrentar[1] ". *Beiguelman, B. 1997*

(Qualquer semelhança com a UFMG não é mera coincidência - nota do Conselho Editorial)

1 - BEIGUELMAN, B. - Ensino de pós-graduação em genética médica. Revista Brasileira de Genética, 20, 1, Suplemento, 1997.

2 - IANNI, O. **A Sociedade Global** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

3 - SANTOS, B., **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade, São Paulo: Cortez,1997

4 - WAKERMAN F.E.Jr., ***Transnational and comparativ Research***, relatório do presidente do Sccial Science Research Council, Annula Report 1987-1988 , New York, apud Ianni ,1996.

POESIA

SABBAT

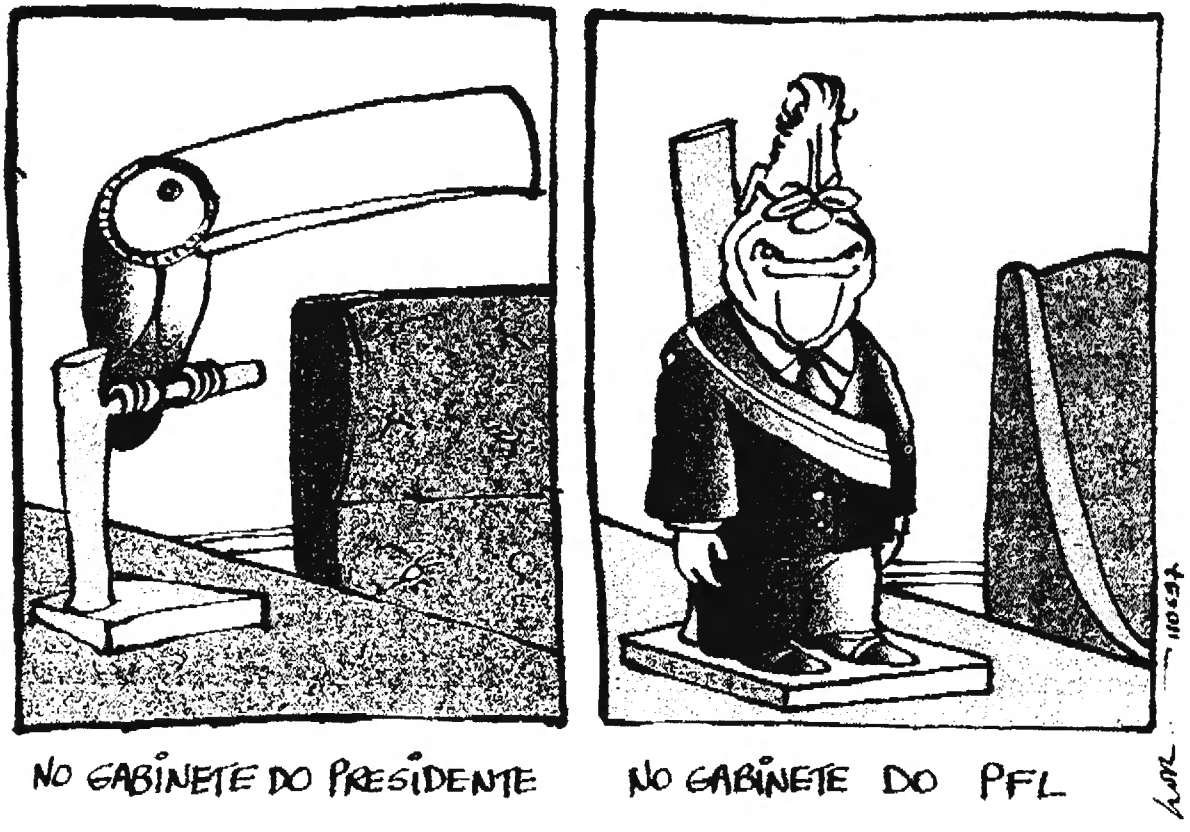
Maria Inês de Almeida
Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras
da Universidade Federal de Minas Gerais

As pontas soltas do universo se atam
e o sangue circula livremente
A sensação intensa de estar no centro
e todos os medos juntos me voltam
atingem meus nervos, meu cérebro presente
não pensa, desvaria rondando a morte

Minhas mãos circundam um anjo de fogo
Querubim, serafim, sei lá, sinto
escorrer entre os dedos os limites
e em lavas vermelhas esvaindo-se
pernas, ossos, pelos, pelos, unhas e dentes.
Minhas mãos queimam-se ao tocá-lo
Anjo Exterminador, espada incandescente

O sangue esguicha dos meus olhos
_Tão, absoluta é a luz do inferno,
Agudíssima dor estoura os miolos
quando sua língua abrasa meus ouvidos
Tridentes remexem as entranhas
e o rio maldito transborda no meu ventre
e o diabo no seu barco vasculha
procurando nos escombros
o mais perfeito diamante.

EMPALHADOS



CAMINHOS

CAMINHOS é uma publicação semestral que objetiva atingir as seguintes metas:

a) Constituir-se um órgão de comunicação da Associação Profissional dos Docentes da UFMG • Seção Sindical da ANDES-SN/APUBH.

b) Voltar-se à reflexão de temas relacionados à vida universitária e sindical, tais como: defesa da "Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade"; democratização dos procedimentos acadêmicos; avaliação acadêmica; financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; escolha de dirigentes; política salarial; condições de trabalho; relacionamento Universidade com a Sociedade; Política Educacional, da Saúde e da Seguridade Social, construção de utopias, entre outros.

c) Estimular o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias.

APUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES-SN